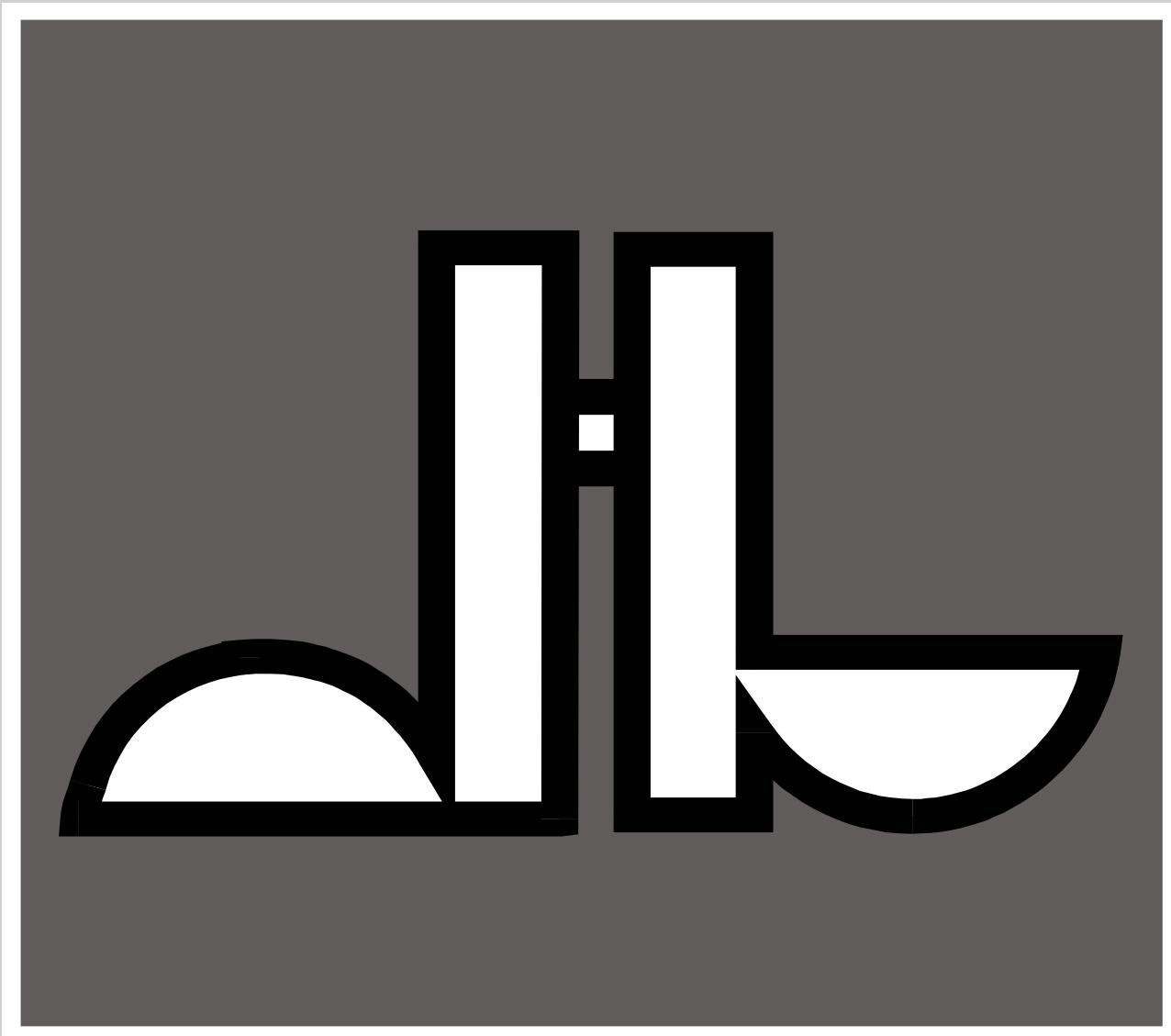




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LIX - N° 015 - QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2004 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador JOSÉ SARNEY – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA – PFL-PE

2º Vice-Presidente

Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – PSDB-TO

1º Secretário

Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA – PMDB-BA

2º Secretário

Senador ALBERTO SILVA – PMDB-PI

3º Secretário

Deputado NILTON CAPIXABA – PTB-RR

4º Secretário

Senador SÉRGIO ZAMBIASI – PTB-RS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 24 DE NOVEMBRO DE 2004		
1.1 – ABERTURA		
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO		
Destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.....	2266	
1.2.1 – Fala do Presidente do Congresso Nacional, em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos		
1.2.2 – Oradores		
Senadora Serlys Slhessarenko	2266	
Deputada Jandira Feghali	2268	
Senadora Ideli Salvatti	2271	
Senador Antonio Carlos Valadares.....	2272	
Deputada Perpétua Almeida.....	2274	
Deputada Vanessa Grazziotin.....	2275	
Senadora Lúcia Vânia.....	2276	
Deputada Suely Campos	2277	
1.3 – ENCERRAMENTO		
2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL		
4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)		
6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)		

Ata da 12^a Sessão Conjunta (Solene), em 24 de novembro de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos e da Sra. Serys Slhessarenko

*(INICIA-SE A SESSÃO ÀS 10 HORAS,
NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido a compor a Mesa a Exm^a Sr^a Mariza Gomes, esposa do Vice-Presidente da República, José Alencar.

Solicito à Senadora Serys Slhessarenko e à Deputada Vanessa Grazziotin que a acompanhem até a mesa. (Palmas.)

Convido a Exm^a Sr^a Eliane Karp, Primeira-Dama do Peru, a compor a Mesa e ser conduzida também, pela Senadora Serys Slhessarenko. (Palmas.)

Compõem a Mesa:

À direita do Presidente Eduardo Siqueira Campos: *Sra. Mariza Gomes*,

À sua esquerda: *Sra. Eliane Karp*, Primeira-dama do Peru.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Para dar prosseguimento a esta sessão, requerida pela nobre Senadora Serys Slhessarenko e outras Sr^as e Srs. Senadores, e pelas nobres Deputadas Jandira Feghali, Laura Carneiro e outras Sr^as e Srs. Deputados, ouviremos agora o Coral da Escola das Nações, que cantará as músicas “O que Cantam as Crianças” e “Perhaps Love”.

(Apresentação do Coral.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em continuidade à abertura desta sessão, a Presidência agradece as presenças honrosas dos Srs. Embaixadores, das Sr^as Embaixadoras, das representantes de todas as instituições que participam desta sessão, da Exm^a Sr^a Maria Laura, que representa a Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.

Dando continuidade a este ato de abertura, as crianças do coral farão entrega de flores aos presentes. (Pausa.)

(As crianças se dirigem às bancadas e entregam flores aos presentes.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência anuncia a presença também das crianças da Escola Classe nº 1, do Gama, e aproveita a oportunidade para cumprimentar e homenagear as Sr^as Professoras e Coordenadoras aqui presentes. (Palmas)

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita e autora do requerimento, a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Vice-Presidente do Congresso Nacional, Senador Siqueira Campos, querida Marisa, nossa Vice-Presidente como costume chamá-la, esposa do Vice-Presidente da República do Brasil, hoje também Ministro da Defesa, Sr^a Primeira-Dama da República do Peru, Ilm^a Sr^a Dr^a Eliane de Toledo, que muito nos honra com a presença nesta data; Sr^as Ministras aqui presentes, especialmente acompanheira que representa aqui a nossa Ministra Nilcéa, Ministra Matilde, é um prazer enorme tê-las aqui conosco; Srs. Embaixadores, Sr^as Embaixatrizes, representantes de Organizações Não-Governamentais, representantes de organizações governamentais, quero dizer da satisfação muito grande de estar com todos aqui. As nossas Deputadas com certeza hoje também estão com problemas na Câmara.

Início meu discurso agradecendo humildemente a todos pela presença no plenário desta Casa.

Ao começar minhas considerações, gostaria de citar uma frase do escritor americano Jack London. Trata-se de uma frase forte e que diz o seguinte: “O homem é o único animal que se diferencia dos demais por agredir as suas fêmeas”.

Abordo desta tribuna, mais uma vez, a violência cometida contra as mulheres, tendo em vista que amanhã é o dia dedicado internacionalmente à refle-

xão sobre essa situação e criação de meios de combate a essa prática que lesa milhares de mulheres em todo o mundo.

Mas por que o dia 25 de novembro foi a data escolhida para esse tipo de manifestação? O dia 25 de novembro foi eleito como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher em homenagem às irmãs revolucionárias Mirabal – Patrícia, Minerva e Tereza, presas, torturadas e assassinadas em 1960 a mando do ditador da República Dominicana Rafael Trujillo. Em agosto conheci no Chile a filha de uma das irmãs Mirabal, hoje deputada na República Dominicana, uma lutadora, uma batalhadora pela causa da mulher.

Essa data, que se tornou emblemática, passou a ser um dia internacional de protesto contra a violência de gênero.

Mas, não é triste precisarmos de uma dia para gritar que não queremos ser agredidas, um dia para dizer que não queremos ser mutiladas, que só queremos viver, amar e ser amada por nossos companheiros e parentes?... Por todos enfim.

Portanto, amanhã ocorrerá em todos os continentes diversas formas de protesto contra esse tipo de crime e também de reivindicações para que se garanta a igualdade de gênero em nossa sociedade.

No Senado e na Câmara dos Deputados, haverá exposições com denúncia do número de atos violentos contra a mulher, divulgação de campanhas e convites para palestras sobre este triste tema: A Eterna e Covarde Violência contra a mulher.

É importante ressaltar que a discussão acerca dos direitos e da violência cometida contra as mulheres é de interesse de toda a sociedade, pelo menos deveria sê-lo, e todos nós, homens e mulheres, devemos refletir sobre o tratamento que a sociedade tem dispensado às mulheres.

Afinal, os dados sobre a violência contra as mulheres são alarmantes: a cada 15 segundos, uma mulher é espancada no Brasil. Esse dado é chocante, ainda mais quando estamos falando a respeito da maioria da população brasileira que é composta pelo sexo feminino.

Costumo dizer que somos 52% da população e mães dos outros 48%; portanto, precisamos ser respeitadas. Exigimos o fim da discriminação e da violência.

Dos casos de agressão à mulher, 70% deles ocorrem dentro de casa, o que faz com que se retome a discussão de nossos papéis como pais, homens e mulheres, na formação de nossa sociedade.

Por outro lado, é preciso que o Estado crie mecanismos de defesa e proteção às mulheres vítimas

de violência, assim como devemos estimular o debate sobre esta cruel realidade nas escolas, nas famílias, nas igrejas, nas associações de moradores, enfim, em nossas relações sociais.

Não podemos nos calar diante de tais fatos.

O Rio Grande do Sul, em se tratando de denúncias contra esse tipo de violência, é um exemplo. Lá existe o maior índice de denúncias do Brasil, dado alarmante por um lado, mas positivo por outro, porque demonstra que as mulheres gaúchas têm se calado menos diante dessa barbárie.

Não silenciar é a única maneira que encontramos de dar um basta a esse grave problema. Para se ter uma idéia da dimensão da gravidade desse silêncio, estima-se que somente 10% das mulheres brasileiras vítimas de violência promovem a denúncia. As 300 delegacias especializadas no Brasil atendem a menos de 10% das vítimas de violência doméstica.

A violência cometida contra a mulher, além de ser um tema que envolve questões sociais e principalmente culturais, têm seus reflexos também na economia. Pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta que a violência doméstica é a causa de uma a cada cinco faltas de mulheres ao trabalho. Isso faz com que o Brasil perca, anualmente, 10,5% do PIB, ou seja, cerca de R\$100 bilhões por conta da violência contra a mulher.

Em que pese esses fatores, é consenso entre especialistas, feministas e militantes dos direitos humanos, que a violência contra a mulher precisa ser encarada tendo em vista a saúde pública.

Toda mulher violentada física ou moralmente deve ter coragem para denunciar o agressor, pois, agindo assim, ela está se protegendo contra futuras agressões e serve como exemplo para outras mulheres, pois enquanto houver a ocultação do crime sofrido não encontraremos soluções para o problema.

Afinal, não podemos ser tolerantes com a violência, pois essa é uma prática que faz com que a sociedade como um todo retroceda no caminho da democracia. A dignidade e a igualdade da mulher é um ideal democrático que nenhum homem esclarecido poderá negar e do qual nenhuma mulher de coragem poderá abrir mão.

A violência contra a mulher é considerada um fenômeno social, que pelo fato de ocorrer no âmbito privado e ter pouca ou nenhuma visibilidade pública, tem sido tolerada pela sociedade, obedecendo a lógica de que “roupa suja, lava-se em casa”. Não é nada disso.

Diante de tal realidade, para proteger a mulher vítima da violência, foram criadas no Brasil as Delegacias de Defesa da Mulher, sendo a de Cuiabá, no

meu Estado de Mato Grosso, criada em dezembro de 1985, a segunda no País.

A violência contra a mulher ainda faz da sua casa o lugar mais perigoso para ela, assim como para as crianças. Essas crianças lindas que cantaram para nós não podem ser criadas nem viver num recinto de violência contra a mulher porque crescerão com essa cultura e, possivelmente, muitas desejarão ou continuarão a violência. A mulher sofre 9 vezes maior risco de ser agredida em casa do que na rua, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica.

A violência contra a mulher é o retrato de uma triste realidade que invade lares e corrói as relações entre mulheres e homens. Acontece com todas, independentemente de idade, sexo, raça, etnia, classe social, religião, grau de instrução e orientação sexual.

Conviver com a violência doméstica é submeter-se diariamente à desilusão, à humilhação, à vergonha, ao constrangimento, ao medo, à dor e ao risco.

Você acha que merece passar por isso? Não, vocês, minhas amigas, mulheres de todos os países do mundo, não merecem a violência! Nós não merecemos a violência!

O primeiro passo para terminar com a violência é romper com o silêncio. Não esconda nem silencie essa dor. Você pode fazer a diferença. É a própria mulher que tem de iniciar o combate à violência. O silêncio sobre a violência reforça a impunidade, Sr. Presidente.

Enfim, há muito a ser realizado para que a mulher consiga ser inteira no mundo, mas, há o que festejar, sim. Já estamos deixando de ser cidadãs de segunda classe. Nossas conquistas merecem ser comemoradas! Parabéns companheiras mulheres! A luta continua!

Um abraço carinhoso a todos e a todas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência gostaria de renovar o agradecimento aos Srs. Embaixadores e às Embaixadoras e aos demais integrantes das missões diplomáticas a honrosa presença.

Solicito à Líder Ideli Salvatti que conduza até a Mesa a Srª Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial das Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (Palmas.) (Pausa.)

A Presidência agradece, ainda, às representantes dos diversos movimentos nacionais, empenhadas na luta pelos direitos da mulher, às Presidentes das ONGs, enfim, a todas as senhoras e senhores a presença presentes a esta sessão.

Concedo a palavra à segunda oradora inscrita e também autora do requerimento, nobre Deputada Jandira Feghali.

Nobre Deputada Jandira Feghali, antes que V. Ex^a chegue à tribuna, esta Presidência gostaria de convidar a nobre Senadora Serys Slhessarenko para presidir a sessão.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de passar a palavra à querida Deputada Jandira Feghali, eu gostaria de convocar – convocar, repito – para fazer parte da Mesa a Ministra Adjunta das Políticas Públicas para a Mulher.

Anuncio a presença das Senadoras e das Deputadas e agradeço ao Vice-Presidente do Congresso, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Anuncio, ainda, a presença da Senadora Fátima Cleide e da companheira Ideli Salvatti, única mulher no Senado da República Líder de Bancada, cuja liderança muito honra a bancada feminina do Congresso Nacional.

Com a palavra a nossa Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento a Presidente da sessão, Senadora Serys Slhessarenko, também Presidente da Comissão Especial do Ano da Mulher no Senado; a Ministra Matilde; a Ministra Adjunta Maria Laura; a Sr^a Marisa, que, junto com as outras duas, representam esse mundo feminino do Planalto; a representante da solidariedade Latino-Americana, Eliane Toledo, 1^a Dama da República do Peru; a diplomacia aqui presente; o Senador Eduardo Siqueira Campos; as companheiras Senadoras, Parlamentares, entidades e todas que aqui se apresentam e representam muito mais gente que está do lado de fora deste plenário.

Sr^a Presidente, o objetivo do requerimento que fizemos para a realização desta sessão foi marcar a data do Dia Internacional pelo Fim da Violência Contra a Mulher, mas também lançar a campanha, já feita no mundo todo, dos Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, que se inicia no dia 25, amanhã, e vai até o dia 10 de dezembro, Dia de Luta pelos Direitos Humanos, passando pelo Dia Mundial de Combate à Aids e, também, com outra marca internacional da violência em Montreal.

Essa construção foi feita com parceria de várias entidades. De pronto, quero agradecer e realçar o papel da Agende, organização não-governamental que tem dado grande contribuição também à bancada feminina no Congresso Nacional.

Essa temática da violência não é nova, nem a luta começou hoje. Inclusive, precisamos aprender que as lutas que desenvolvemos têm um acúmulo – começaram lá atrás –, principalmente porque a violência é uma temática muito abrangente. Não há violência maior do que a fome. Existe a violência das guerras, a violência do tráfico de drogas e de armas. Temos vivido tanto a polêmica entre vida e morte que acabamos sempre tratando a violência como aquela possibilidade iminente de morte, e se relaciona não apenas com as nossas dificuldades de conduzir o aparato estatal da repressão a esse chamado crime espalhado pelo País. Também não podemos deixar de realçar a pobreza, mas não no aspecto que os conservadores abordam, de que pobreza e violência apresentam traços de igualdade. Isso não é verdade.

Queria inclusive reafirmar que precisamos rediscutir o conceito da exclusão. Exclusão de quê? De que padrão, de que referências? São debates conceituais que precisamos fazer, porque senão associamos o pobre à violência e a palavra exclusão a um conceito muito indefinido, fazendo uma ligação errada na formulação das políticas públicas. Nessa temática abrangente, a nossa idéia é reforçar um foco, que é o foco da violência de gênero, que embute também a violência de raça.

Esta sessão e esses 16 dias de ativismo têm o sentido de chamar a atenção exatamente para este foco: a luta que precisa ser desenvolvida e que não é uma luta da mulher, mas uma luta da humanidade. É uma questão de direitos humanos enfrentarmos o problema da violência de gênero, principalmente porque temos heranças civilizatórias, heranças econômicas, culturais, de sociedade patriarcal, que nos trata ou como propriedade ou como seres de segunda classe. Nesse caso, somos vítimas de uma série de violências: não é só tapa, não é só agressão física direta, mas é agressão moral, é agressão psicológica, é a tortura psicológica que se vive e que também leva à morte.

Precisamos ser abrangentes no combate à violência de gênero, porque senão nos perdemos apenas na agressão física. A frase publicitária lançada nesta campanha é magnífica, apesar de não ter essa abrangência. Ela diz: “Dois pontos na testa, quatro no braço, três na perna e ponto final”. São muitas marcas, mas faltou botar ali cinco pontos na alma, porque a violência machuca o corpo, mas dói profundamente na alma, desmonta relações de afeto, viola direitos, interrompe perspectivas futuras. Precisamos trabalhar com essas duas dores, que têm um aspecto social muito mais amplo do que apenas o tapa ou a agressão direta à mulher.

As estatísticas sempre fazem parte dos discursos que fazemos, mas quero realçar, na medida em que a Senadora Serys Shlessarenko já listou aqui uma série de números e dados, que o número de mulheres agredidas e violadas no seu direito de cidadania é muito alto. Contudo, o que chama a atenção é que seja praticada predominantemente dentro do ambiente da nossa casa e, em geral, pelo companheiro. É claro que há violência contra o homem, a criança e o idoso – tudo isso faz parte do ambiente doméstico –, mas a mulher é, sem dúvida, a principal vítima desse processo.

De acordo com a nossa legislação e com o nosso papel de Parlamentares no Congresso Nacional, precisamos estabelecer avanços não apenas de denúncias e de consciência, que avançam a passos largos do lado de fora e do lado de dentro desta Casa Parlamentar brasileira, mas avanços impressos na legislação sob outros conceitos.

Lembro-me da nossa luta pelo abrigo da mulher, que continua sendo uma luta justa e atual. Precisamos inverter, começar a trabalhar o afastamento cautelar do agressor. Em vez de saírem de casa a mulher e os filhos, tem de sair quem agride. Essa inversão de lógica precisa comandar a nova visão da legislação brasileira.

O projeto que aqui chegar, a partir de discussão entre o Parlamento, o Governo e o movimento feminista, será sobre violência doméstica, tema da mais absoluta relevância. Se há um tema em que precisamos avançar rápido é o da violência doméstica, por representar o ambiente e o tipo de agressão mais comum na realidade brasileira.

Já tratamos, em parte, do assédio sexual e estamos analisando a violência institucional e a violência no trabalho. São temas que têm sido discutidos no Congresso Nacional e que precisam ser concluídos. Mas a temática da violência doméstica é muito marcante. É necessário que a tratemos com urgência no Congresso Nacional.

Também temos de desmontar alguns tabus. Dentro da tortura psicológica, permitam-me trazer um tema que sei não é consensual, mas é importante: o aborto nos fetos anencéfalos. O que isso significa na nossa discussão? Obrigaremos uma mulher a levar uma gravidez a termo, embora ela saiba que o feto não terá sobrevida fora do seu útero? Será que não faz parte da luta contra a violência assumirmos, de fato, uma posição corajosa de legislar sobre esse tema?

Solidarizo-me com o Ministro Marco Aurélio, que teve a atitude corajosa de conceder liminarmente a permissão para que fosse feito o aborto em um caso desses. Lamento profundamente a derrubada dessa liminar pelo Supremo Tribunal Federal e aqui destaco a posição lamentável da única Ministra do STF – e digo isso de público.

Precisamos, no Congresso Nacional, retirar esse vácuo legal e enfrentar, de forma mais corajosa e tranquila, temas como esse. O nosso Estado é laico. Não podemos legislar sob a ótica de uma religião ou de religiões. Precisamos legislar para todos. Cada um, de acordo com seu foro íntimo religioso, decidirá o que fazer. Quem não quiser fazer o aborto terapêutico não faça, ninguém vai obrigar. Mas precisamos permitir e autorizar que a mulher interrompa gestação como essa de acordo com a sua filosofia, com as suas demandas, com seu equilíbrio de vida e com seu equilíbrio psicológico.

A responsabilidade maior que temos agora é ajudar a sociedade – as mulheres e os homens deste País – a refletir sobre a sua realidade e gerar nova consciência, nova visão de direitos, a fim de que estes sejam conhecidos. Precisamos gerar novos direitos no Parlamento brasileiro e regulamentar aqueles existentes no mandamento constitucional. Precisamos, acima de tudo, fazer com que as políticas públicas respondam de forma a dar um corte transversal. Não basta discutir a violência no Ministério da Saúde. Precisamos trabalhar essa questão desde a tenra idade, no processo educacional, no Ministério da Cultura, nas Legislações do Trabalho, na Legislação da Terra. Essa é uma invasão transversal de políticas públicas em construção aqui há muito tempo e em construção pela Secretaria de Políticas Públicas. Mas vai ter que ganhar a voz da sociedade brasileira e vai ter que ganhar uma atuação corajosa mais unificada e mais consensual do Parlamento Brasileiro.

Considero lançada, por esta sessão, a Campanha dos Dezesseis Dias de Ativismo – dezesseis dias concentrados. Precisamos dar continuidade a isso com o mesmo ímpeto e com a mesma velocidade, para que obtenhamos resultados dos momentos agudos em que o tema é trazido à pauta, para que possamos dar respostas concretas às mulheres e homens deste País, particularmente às mulheres, fazendo punir os homens agressores, porque a impunidade é cúmplice da continuidade do processo. O homem agressor, ou quem quer que agrida, precisa saber, ter a certeza de que será punido. A impunidade é cúmplice perversa desse processo que temos vivido.

Temos um compromisso. Sou Deputada pelo Partido Comunista do Brasil, mas sei que esse compromisso é suprapartidário, da Câmara e do Senado. Precisamos trabalhar intensamente para avançar no combate à violência contra a mulher, seja onde for e seja por que instrumento for – a mão, a palavra, o tiro, a tortura psicológica.

O Senador Eduardo Siqueira Campos pede um aparte.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, nobre Deputada Jandira Feghali, uma vez que o discurso de V. Exª, assim como foi o da nobre Senadora Serys Slhessarenko, um convite à reflexão, eu gostaria de, em primeiro lugar, externar a solicitação que me fez o Presidente José Sarney, que, incumbido de receber missões diplomáticas hoje, pediu-me que, na condição de Vice-Presidente do Congresso Nacional, fizesse a abertura e participasse desta sessão. Quero, em primeiro lugar, Deputada Jandira Feghali, enaltecer, do belo discurso que fez V. Exª, principalmente a primeira parte, em que derruba um preconceito que transfere para a pobreza a responsabilidade pela violência contra a mulher. O importante trabalho realizado pela Senadora Patrícia Gomes acaba de revelar ao Brasil inteiro que, principalmente nas classes economicamente, socialmente e politicamente superiores, tem havido uma ação muito prejudicial no incentivo ao turismo sexual, da violência contra as jovens, na indução à prostituição, dentre outras formas de violência contra a mulher. Eu gostaria de adotar, e adotarei, uma providência, como Vice-Presidente do Congresso Nacional, considerando que esta sessão, eminentemente, deveria contar com a presença predominante dos homens, que deveriam estar aqui não só presenciando, mas ouvindo os discursos. Assim, a Presidência fará chegar à mão de todos os Srs. Deputados e de todos os Srs. Senadores os discursos proferidos nesta sessão por V. Exª e pela Senadora Serys Slhessarenko e pelas demais oradoras, a quem homenageio neste breve aparte. Parabéns a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B – RJ) – Quero agradecer, Senador. Espero que nas nossas ações cotidianas aqui contemos com a presença firme dos homens no processo. Como Presidente da Comissão da Câmara, eu me sentirei honrada de ter a ajuda do Senado Federal, principalmente dos Senadores, nesta luta que travamos aqui há tantos anos.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Todos foram convidados, mas, infelizmente, são muitas as comissões que estão funcionando, e eu mesma teria que estar em duas agora. Não estou justificando, mas sempre que falo do assunto, digo que a mudança vem por aí.

Eu gostaria de agradecer a presença da Srª Carmem Carneiro, esposa do Senador Nelson Carneiro, que todos conhecemos e muito consideramos. (Palma.)

D. Carmem, eu gostaria que a senhora se sentasse aqui conosco.

O Senador Nelson Carneiro é considerado o pai da Lei do Divórcio.

Também contamos com a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Capivari do Sul, José Roberto Camargo, a quem saudamos e agradecemos. O Senador Eduardo Siqueira Campos acabou de falar na importância da participação dos homens solidários e fraternos. Muitos estão aqui presentes, mas precisamos de muito mais.

Eu gostaria de anunciar, aproveitando a presença da Primeira Dama do Peru, a primeira da América Latina a estar conosco, a quem mais uma vez agradecemos, que este ano de 2004 é o Ano da Mulher no Brasil, para o que foi instalada comissão especial no Senado, a que presido, e na Câmara, presidida pela Deputada Jandira Feghali.

Eu gostaria ainda de anunciar que o ano de 2005 foi acatado pelo Parlatino como o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana, ou seja, o ano de 2005 será o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana para 22 países. Amanhã viajarei para a Guatemala a convite do Parlatino, para começarmos a discutir as primeiras ações para o ano de 2005, o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana. A luta de cada uma de nós, dentro de casa, conosco mesmas, com os nossos filhos, com os nossos amigos, com o Parlamento brasileiro, junto às nossas ONGs, Organizações Não-Governamentais de mulheres no Brasil e na América Latina, e – eu diria – no planeta, tem que ser conjunta, de todos e de todas para superarmos a violência e a discriminação contra a mulher.

Agradeço, mais uma vez, a presença da Primeira Dama do Peru, Eliane Toledo.

Anuncio também a presença do Grupo de Teatro As Marias do Brasil e pedir uma salva de palmas. (Palmas.)

Trata-se do Grupo de Teatro do Oprimido, do Rio de Janeiro. São empregadas domésticas, que hoje entregarão um abaixo-assinado ao Presidente da Câmara pedindo a aceleração de projetos que tratem da questão dos empregados e empregadas domésticas, FGTS e outros.

Parabéns a todas as companheiras as companheiras do Grupo de Teatro As Marias do Brasil. É assim que fazemos a superação da discriminação e da violência contra a mulher: na cultura, no teatro, junto às organizações não-governamentais e especialmente junto às governamentais. (Palmas.)

Eu queria agradecer à companheira – permita-me chamá-la assim – Marisa Alencar, pessoa dinâmica que participa de tantos eventos, de tantas lutas e não somente lutas relativas à questão da mulher, e dizer a ela à Primeira Dama do Peru que, quando precisarem

se retirar, em virtude de seus compromissos, sintam-se à vontade para fazê-lo. Elas já nos prestigiam, e o Congresso Nacional se sente honrado com suas presenças.

Agradecemos ao Senador Antonio Carlos Valadares pela sua presença, que muito nos honra.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro. (Pausa.)

Se S. Ex^a não estiver presente – ela me disse que poderia se atrasar um pouco –, concederei a palavra à nossa Senadora Ideli Salvatti, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado da República.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, Sr^ss e Srs. Deputados, queridas Ministras, querida Vice-Presidente, Sr^a Marisa Alencar, Sr^a Primeira-Dama do Peru, acho que levei uns quinze ou vinte segundos para fazer esta minha saudação e durante esse tempo mais uma mulher foi agredida no Brasil. São esses os dados, são essas as estatísticas. Ou seja, a cada quinze segundos uma mulher é agredida. Esse talvez seja o dado mais chocante.

Estamos aqui nesses dezesseis dias de atividade para a eliminação da violência contra a mulher. Os dados tão chocantes da quantidade e da gravidade, estampados nas estatísticas, da violência contra a mulher ainda não são, nem de perto, a realidade porque a grande maioria dos atos de violência contra a mulher sequer são registrados. Só 10%, segundo a Senadora Serys, que nos preside.

Foi muito importante a reflexão feita pela Deputada Jandira Feghali quando buscou distanciar a reflexão da violência, quando tanto se tenta carimbar a violência como algo dos mais pobres, dos excluídos, como uma espécie de apêndice da condição socioeconômica. E nós mulheres, mais do que ninguém, sabemos que a violência contra nós não tem classe, não tem raça, não se diferencia. E o mais amargo é saber que muitas vezes – como o Senador Siqueira Campos registrou na CPI, presidida pela nossa querida Senadora Patrícia Saboya, tendo por relatora a Deputada Maria do Rosário – os principais incentivadores da prostituição infantil, do turismo sexual são altas personalidades da política, do setor econômico, com nível cultural e educacional elevado. Então, a violência contra a mulher não passa por aí.

Há a violência visível e a invisível. A violência contra a mulher tem essa marca difícil da invisibilidade porque normalmente é feita dentro de casa, no privado. Ainda existe aquele ditado na sociedade de que “em briga de mulher não se mete a colher”. Além de ser restrita, diz-se: “Não é comigo”, “Não mexo com isso”,

“Deixe o ‘pau cantar’”, “Deixe bater porque não vou me meter”. E o pior de tudo, além da invisibilidade, é que a violência contra a mulher é normalmente feita por alguém que devia ser querido: os maridos, os namorados, os companheiros, o pai, o filho. Infelizmente ainda existe toda essa carga psicológica. Em qualquer outra violência, o violentado tem uma tendência natural de reagir à violência. Quem apanha de alguém próximo, de alguém com quem tem relação afetiva, tem muito mais dificuldade em reagir.

Temos uma violência escondida, não registrada, na relação afetiva muito forte, muito estreita, e por isso é tão difícil eliminarmos a violência contra a mulher. Podemos fazer, temos a obrigação, a necessidade de fazer as políticas públicas voltadas para a eliminação da violência contra a mulher serem cada vez mais eficientes, mais presentes, no sentido de que seja garantido o financiamento para elas, como, por exemplo, a ampliação das delegacias de atendimento especial para a mulher, as casas-abrigo, as mudanças na legislação. Promover punibilidade para os que praticam atos de violências contra as mulheres é uma obrigação nossa, e temos de sair daqui convencidos e fortalecidos de que devemos que caminhar nesse sentido.

Agora, nada vai levar a um resultado necessário, focalizando a eliminação da violência contra a mulher, se não convencermos, se não dermos segurança, se não incentivarmos, se não dissermos a toda hora, em alto e bom som, por atos, palavras, campanhas, oportunidades e ampliação das políticas públicas, porque a determinação de se indispor contra a violência tem de ser, em primeiro lugar, da mulher que sofre a violência. Por mais que ampliemos as políticas públicas, isso ainda vai depender da decisão pessoal de cada mulher que sofre a violência.

Por isso, temos um trabalho árduo de garantir e incentivar, dizer a todo momento que tapinha dói, sim – podem fazer a música bonitinha que quiserem: tapinha dói, mas tapinha tem de deixar de existir. Tem de deixar de existir tapinha, tapão, soco, pontapés e tudo o mais que nos atinge.

Precisamos sair desses 16 dias de atividades convencidos das nossas obrigações parlamentares, nos cargos do Executivo, em toda a responsabilidade dos movimentos sociais que tratam desse tema, mas enfocando as mulheres que primeiro têm de dar o passo, que primeiro têm de tomar a iniciativa de dizer: “Não quero mais apanhar, não aceito mais, me rebelo contra isso, vou reagir a isso”. Sem esse primeiro passo, tudo o mais que fizermos não será suficiente. Por isso nesta sessão dedico todo o nosso trabalho, e o nosso esforço, e o nosso empenho às corajosas mulheres que já deram o primeiro passo, tomaram a iniciativa,

rebelaram-se, denunciaram, procuraram a delegacia, a casa-abrigo, fizeram da decisão pessoal um acréscimo a essa decisão coletiva que a sociedade brasileira deve ter para a eliminação da violência e de todas as formas de violência, e de forma muito especial essa contra as mulheres, que é uma violência invisível, privada, não registrada. Infelizmente, a reação contra a violência tem de ser tomada muitas vezes contra pessoas que amamos e que nos deveriam amar sem nos bater. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

S. Ex^a também precisou se retirar para ir a uma Comissão.

Por permuta, com a palavra o Senador Valadares.

Antes de o Senador Antonio Carlos Valadares assumir a tribuna, eu gostaria de anunciar a presença da Deputada Maria do Carmo, Deputada por Minas Gerais, agradecer a presença dos Senadores Pedro Simon, Demóstenes Torres e Magno Malta, que chegaram há pouco, à Presidente da revista **Persona Mulher**, a Sra Maria Lúcia Pizzolante, e registrar a presença da Sra Vereadora Alvina Strey, de Santa Rita do Trivelato, no nosso Mato Grosso.

Muito obrigada, Alvina.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidente desta sessão, demais componentes da Mesa, Srs. e Srs. Senadores, Deputadas Federais e Estaduais representantes da classe feminina em todo o Brasil, meus senhores e minhas senhoras, a violência irracional da parte do homem contra a mulher é um típico ato de covardia, baseado na força de um dos lados. Todos nós concordamos e, com certeza, estamos e estaremos unidos em defesa de medidas diante desse crime contra a mulher. Por isso estamos reunidos aqui e neste momento.

É preciso considerar que a violência contra a mulher pressupõe uma deseducação e uma incompreensão básica, essencial, cultural e afetiva sobre o que representa a mulher para todos nós homens.

A mulher é a presença mais generosa e mais sensível ao longo de toda a nossa vida: a partir do primeiro sopro, passa pelos nossos melhores momentos e torna-se, constantemente, até o fim dos nossos dias, nossa mais doce referência. Sem a mulher amada, a vida para nós, para todos nós, seria de uma pobreza e de uma indigência sem fim, um infortúnio já representado em verso e em prosa pelos grandes poetas.

Aqui nós não estamos apenas nos referindo ao profundo desprendimento da mulher mãe, que, em sua ilimitada generosidade, nos gera a todos nós, dentro de si, atravessando o desconforto e os incômodos do parto. Aqui nós estamos pensando na sensibilidade, na graça, na generosidade e na docura da mulher, da figura feminina, fonte inesgotável, e em todas as épocas, dos melhores poemas, da melhor literatura e de todas as formas de arte que nos chegaram até os dias atuais.

Como imaginar o melhor da arte universal, da pintura, da escultura, até a poesia de todos os tempos, sem se levar em conta o papel central que a mulher ocupa nesse processo, em toda obra de arte, em todo o processo de criação? Desde o imaginário bíblico, passando por todos os épicos e pelos cânticos e canções de todos os tempos, a presença da mulher aparece não apenas naquele papel de uma musa inspiradora, mas como condição da própria arte, como a presença que acaba com a mais profunda solidão do homem, aquela presença da qual Adão sentiu falta mesmo contando com todas as outras delícias que o paraíso lhe oferecia.

Existe muito mais covardia na violência contra a mulher do que a executada na guerra. As guerras são momentos em que os homens escolhem matar ou morrer entre iguais. Quando o homem desfecha a violência contra a mulher, esta não tem escolha e, nesse caso, a desigualdade está estabelecida desde a origem. A violência física, a violência sexual, a violência do macho contra a fêmea é um ato de covardia total, inominável, que não inclui escolha alguma, nem opção de defesa ou de auto-defesa por parte da mulher.

Essa violência é a invasão pura e simples do outro, no caso da mulher, mas é, sobretudo, a violência deplorável contra aquele ser cuja graça, cuja docura, sensibilidade e generosidade encheram nossa existência de vida, de sentido e de amor – de todos os tipos de amores – e que, naquele momento, recebe do homem não o amor que generosamente alguma mulher lhe ofertou ou costuma lhe ofertar, mas a violência gratuita e desigual daquele que conta com o trunfo da força e da superioridade que lhe é outorgada por uma sociedade patriarcal e patrimonial.

Neste caso, o amor não estará sendo correspondido com o amor, mas com o ódio e o ressentimento violentos e inapeláveis. Nesse processo violento, a entrega amorosa, característica da mulher, não estará recebendo de volta nem um pouco da dádiva amorosa que a mulher sempre ofereceu ao homem – através do seu corpo, através da maternidade, através do seu gesto carinhoso. A entrega amorosa e a graça de ser mulher

estará recebendo, em troca, a truculência do macho, a violência da qual ela não tem como se defender.

É preciso desenvolver a consciência e a cultura de que a violência contra a mulher é duplamente covarde. Primeiro, porque a mulher não tem como se defender à altura diante de determinado atos do homem; segundo, porque a dádiva que a mulher nos trouxe, em todas as épocas e ao longo da vida de cada um de nós, é a marca do amor, da graça de ser mulher, da poesia de ser mulher.

Nesse ato de violência e covardia o homem nega-se em sua humanidade, nega-se em tudo que generosamente recebeu da mulher, nega-se como gênero, renuncia a sua humanidade.

Nós e o mundo inteiro precisamos do contrário disso. E o contrário disso é a tarefa necessária – difícil, mas absolutamente necessária – de todos, homens e mulheres, nos empenharmos em adotar uma atitude de aprendizado, nos colocarmos abertos à influência da mulher. Essa atitude certamente tem de ser de abertura, mas, sobretudo, de sensibilidade diante daquele ser com o qual a nossa vida começou e desse ser, a mulher amiga, por meio da qual a nossa vida ganha música, colorido, graça e docura. É esse o caminho, é esse o melhor remédio, que nos levará – lado a lado com as mudanças sociais e legais necessárias – a um mundo onde a violência contra a mulher não mais terá lugar, nem ambiente, nem cultura.

Para finalizar, Srª Presidente, dentre tantos poemas já lançados em homenagem à mulher no Brasil, pude compilar um dos melhores, um dos mais importantes de Vinícius de Moraes em homenagem à mulher brasileira:

A MULHER CARIOSA

A gaúcha tem a fibra
A mineira o encanto tem
A baiana quando vibra
Tem isso tudo e o céu também
A capixaba bonita
É de dar água na boca
E a linda pernambucana
Ai meu Deus, que coisa louca.
A mulher amazonense
Quando é boa é até demais
Mas a bela cearense
Não fica nada pra trás
A paulista tem a erva
Além das graças que tem
A nordestina conserva
Toda a vida e o querer-bem...

E o que digo da sergipana? Nordestina, nossa companheira querida tem tudo que as demais têm: a cordialidade e a solidariedade da brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, gostaria de agradecer às atrizes Dercy Gonçalves, Vera Fischer, Ciça Guimarães, Maria Padilha e Elke Maravilha, e às cantoras Elza Soares e Rosemeire, que fotografaram com a camiseta Ano da Mulher Brasileira. Ao fotografarem com essa camiseta, realmente, assumiram a bandeira em defesa da causa da mulher.

Anuncio também a presença do Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra a nossa Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sra Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, na pessoa de quem saúdo a nossa Mesa de mulheres corajosas e combativas, Srs Senadoras, Srs Deputadas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, companheiros e companheiras, as estatísticas nos dizem que 2,1 milhões de mulheres são violentadas e espancadas a cada ano no Brasil e também que esta é a maior causa de morte entre mulheres de 14 a 44 anos – não é nenhuma outra doença tipo câncer, mas é a violência doméstica.

A Senadora Serys, em seu pronunciamento, falou também sobre um dado que, para nós, é assustador: a mulher tem nove vezes mais chances de ser agredida em casa do que ao sair na rua. É como se nos sentíssemos, a cada minuto e a cada momento, sendo espancadas e violentadas, com medo de estarmos em nossa própria casa. Essa estatística coloca a mulher muito mais segura na rua do que sob seu teto.

O jornal **O Globo** de hoje também nos traz uma matéria preocupante, que é um alerta acerca do aumento da Aids entre mulheres. Diz a matéria:

Mais alarmante que o fato de a epidemia mundial de Aids continuar crescendo é o impressionante avanço da infecção entre as mulheres. Segundo o Boletim Epidemiológico Mundial divulgado ontem pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Londres, o número de casos femininos da doença, em todo o mundo, já corresponde a 47,3% dos 37,2 milhões de infectados entre 15 e 49 anos.

Perguntamos: se não nos bastassem os hematomas físicos e psicológicos, temos ainda mesmo que conviver com o avanço da Aids entre mulheres?

Também de acordo com as estatísticas, sabemos que o fato de serem as mulheres vulneráveis à violência sexual é uma explicação para o aumento da Aids entre mulheres, tendo em vista que não é possível à mulher, no momento da agressão, negociar com seus agressores formas de proteção à Aids. Essa é uma preocupação com a qual, a cada dia, teremos de conviver se o nosso País e o mundo não buscarem alternativas contra os agressores.

Sra Presidente, falando em agressores, presto minha solidariedade também às mulheres, mães, esposas e filhas daqueles que foram, recentemente, vitimados por uma chacina em Felisburgo, Município de Minas Gerais. Quantas mães, esposas, filhas e companheiras estão sofrendo, neste momento, pela ausência de seus companheiros, que lutavam, junto com elas, por um pedaço de terra?

Sra Presidente, presto também minha solidariedade – e minha indignação – ao que aconteceu ontem na aldeia Javari, na terra indígena Raposa/ Serra do Sol. Mesmo com a presença do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no Estado de Roraima, o que aconteceu ontem naquele local é inaceitável e imperdoável para o nosso Governo. Dezenas de mães indígenas, junto com seus filhos e filhas, foram expulsas da aldeia Javari por jagunços, arrozeiros e fazendeiros, que atiraram nos seus maridos, tocaram fogo nas suas aldeias e queimaram suas plantações. Isso não aconteceu no século passado, mas ontem, na vigência do nosso Governo, em uma aldeia indígena do Estado de Roraima.

Solidarizo-me com aquelas mães que, neste momento, estão sem teto, retiradas de sua aldeia, por conta da falta de coragem, da frouxidão do nosso Governo e do Ministro da Justiça, que ainda não fizeram o que precisa ser feito: garantir o direito às mulheres e mães indígenas à sua terra, à sua aldeia.

Sra Presidente, não podia deixar de fazer esse registro, porque parece que as estatísticas internacionais de violência contra a mulher, sobre a qual falamos desta tribuna, estão muito distantes. Ocorreram quase na mesma semana dois casos recentes de violência pela posse da terra, contra mulheres, contra mães indígenas, pela necessidade de se manterem em suas aldeias. Isso está acontecendo na nossa cara, aos nossos olhos. O Congresso Nacional precisa se posicionar. E é preciso que o Presidente Lula se encoraje e devolva às mulheres indígenas o direito às suas aldeias, às suas terras.

Faço esse desabafo principalmente em nome das mulheres amazônicas, em nome das mulheres seringueiras, ribeirinhas, trabalhadoras rurais e indígenas. É preciso que também demos o grito de eqüidade, de igualdade entre todas as mulheres, independentemente de credo, raça ou cor.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de conceder a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin, gostaria de anunciar a presença da Prefeita eleita da cidade de Vertente do Lério, Estado de Pernambuco, Srª Welita Silva, e da Deputada Ana Cavalcanti, Vice-Líder do PP daquele Estado.

Agradeço pela presença a nossa Ministra-adjunta, Maria Laura, que precisa se retirar por motivo de viagem.

Concedo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente Serys Shessarenko, Deputada Iara Bernardi, que compõe a Mesa, senhora representante da Ministra – sinta-se à vontade, pois compreendemos os muitos compromissos que tem V. Sª –, Srªs Senadoras e Deputadas, companheiras e companheiros, eu gostaria de cumprimentar a todos que se fazem presentes nesta importante sessão.

Cumprimento especialmente a companheira Nadja, que aqui está, uma militante que conheço há muito tempo, que trabalhou em minha cidade, Manaus, e que agora presta serviços no Estado vizinho, Maranhão. Seja bem-vinda. Considero-a uma figura que representa muito bem as centenas de mulheres e homens de nosso País que ousam lutar porque acreditam que é possível, sim, através da luta, da organização, construir uma sociedade melhor, uma sociedade mais solidária e mais justa.

É exatamente esse o sentimento que nos traz todos a esta sessão. Não me refiro apenas ao sentimento de comemoração, mas principalmente de fazermos uma reflexão, de dialogar a respeito da situação em que vivem as mulheres, no mundo inteiro, mas particularmente em nosso País.

Amanhã, dia 25 de novembro – todas que por aqui passaram já disseram isso –, estaremos no mundo inteiro comemorando o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. E por que haver um dia dedicado a debates em relação a esse tema, se vivemos em uma sociedade que, por si só, já é tão violenta, uma sociedade em que as cidades são cada vez mais inseguras, em que as famílias, as pessoas, as crianças, os jovens não conseguem, principalmente nas grandes metrópoles, andar com segurança? Por

que, em uma sociedade que é violenta, haver um dia dedicado ao combate da violência contra a mulher? Porque nós mulheres, além de estarmos expostas e de sofrermos essa violência cotidiana de uma sociedade injusta, que empurra cada vez um número maior de pessoas ao desemprego e aos baixos salários, sofremos uma violência a mais pelo simples fato de sermos mulheres. Uma violência que, em geral, é a sexual, ou seja, a violência sofrida dentro de casa.

Segundo dados estatísticos revelam, quando há uma provocação, aproximadamente um terço das mulheres do nosso País já foram vítimas de qualquer tipo de violência em qualquer fase de sua vida. Esse número é muito mais do que preocupante, é um número assustador.

Por outro lado, o que tem feito a sociedade, o que tem feito principalmente o Poder Público para garantir uma segurança maior a essa mulher, uma segurança maior a essas famílias? Não tenho dúvida de que obtivemos muitas conquistas, principalmente no que se refere aos movimentos organizados de mulheres. Muitas foram as conquistas obtidas nos últimos tempos, mas muito ainda temos que conquistar.

A campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pela Eliminação da Violência” envolve não apenas a sociedade, mas também governos, e deve, sim, envolver cada vez mais os governos, em nível federal, estadual e municipal. Trata-se de uma campanha que objetiva não apenas trazer à pauta, ao debate, à ordem do dia o assunto, os dados assustadores sobre a violência, mas que tem um objetivo de mobilizar cada vez mais a sociedade com o objetivo de chamar a atenção para que novas e mais eficientes políticas públicas sejam efetivadas.

Quero dar um exemplo de como precisamos avançar em nossas conquistas e na proteção que merece a mulher em nosso País.

Em 1986 foi instalada no Brasil a primeira delegacia especializada da mulher. Dez anos depois, tínhamos 172 delegacias e 10 casas de abrigo, preparadas para receber e dar assistência à mulher vítima de violência. Neste ano de 2004, temos espalhadas pelo Brasil 339 delegacias especializadas da mulher e não mais do que 75 casas de abrigo. Mas estamos falando de um país que tem mais de 5 mil municípios, mais de 180 milhões de habitantes, metade dos quais, pouco mais, mulheres, um terço das quais já sofreu qualquer tipo de violência. É preciso avançar.

Recordo-me de que, há pouco tempo, durante a campanha municipal que se efetivou em nosso País, candidatos a Prefeitos foram procurados para assinar documento e se comprometer como “Prefeito Amigo da Criança”. Precisamos ter Prefeitos, Prefeitas e

Parlamentos amigos não apenas das mulheres e das famílias, mas de uma luta capaz de construir uma sociedade de maior segurança para todos nós.

Portanto, quero concluir esta minha rápida participação nesta sessão chamando a atenção não somente das mulheres mas também dos homens, porque tenho a convicção plena, a certeza absoluta de que não teremos vitórias em nossas lutas se não tivermos os homens ao nosso lado, lutando pelas mesmas reivindicações.

Assim, esta não é uma luta apenas das mulheres, mas é das mulheres, dos homens, de todos aqueles que querem construir tempos melhores para todos nós.

Muito obrigada, Senadora Serys Slhessarenko.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Registro a presença do Senador Augusto Botelho.

Eu gostaria também de registrar a presença, que muito nos honra, da Srª Rita Ballock, Presidente da Soroptimist International, instituição com assento nas Nações Unidas.

Rita, sua presença no Congresso Nacional é muito importante.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Senadora Serys, Srª Primeira-Dama do Peru, Srªs e Srs. Senadores, Srª Ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Social, Matilde Ribeiro, Srª Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Maria Laura Pinheiro, que representa a Ministra Nilcéia Freira, Srªs e Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. representantes de organizações nacionais e internacionais de defesa da mulher, Srªs Deputadas que compõem a Mesa, Srªs Deputadas presentes, senhoras e senhores, cumprimento, de forma muito especial, o Senador Augusto Botelho e destaco a presença do Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio, a quem agradeço por estar presente, mostrando a sensibilidade do PSDB com essa questão que aflige não apenas o Brasil mas o mundo inteiro.

Ao realizarmos esta sessão solene em homenagem ao Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, estamos, na verdade, nos solidarizando com os milhões de mulheres que já sofreram e com as que ainda sofrem algum tipo de violência no mundo e no Brasil. Mulheres que aprendem a sofrer caladas ainda meninas e que continuam a sofrer caladas quando crescem, por medo, por falta de informação ou submissão a práticas milenares de coerção dos seus direitos.

A violência contra a mulher é uma mancha na história da humanidade, seja em tempos de guerra ou em tempos de paz.

Ao longo dos séculos, a História tem registrado as maiores atrocidades contra as mulheres em nome de tradições religiosas, culturais e políticas.

Hoje, os movimentos internacionais de defesa da mulher são unâimes em afirmar que uma em cada três mulheres no mundo sofrerá série violência durante sua vida.

Os números mostram a gravidade dessa situação, que é a causa maior dos movimentos como este que hoje nos mobiliza nesta Casa.

Em todo o mundo, a cada cinco anos de violência doméstica, a mulher perde um ano de expectativa de vida e a mulher agredida por seu companheiro, em geral, recebe salário inferior ao das que não são vítimas de violência doméstica.

Na América Latina, a violência doméstica vitima cerca de 25% a 50% das mulheres e o custo com a violência doméstica chega a 14,2% do PIB, o que significa cerca de US\$168 bilhões.

No Brasil, estima-se que a cada 15 segundos uma mulher é agredida, normalmente em seu lar, por uma pessoa com quem mantém relação afetiva. Setenta por cento dos crimes acontecem em casa e o agressor é o marido ou o companheiro. A violência doméstica custa ao Brasil cerca de 10% do Produto Interno Bruto.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, convidados, a violência contra a mulher é um fenômeno que revela de forma assustadora a relação de desigualdade existente entre homem e mulher. E não é uma violência presente num momento definido da vida feminina. Ela começa já na infância, perpassa todas as classes sociais, todas as etnias, as religiões, ultrapassa o ambiente familiar e se insere nas relações de trabalho e na participação social e política. Pode ser de forma declarada, quando a agressão é física e deixa marcas que não podem ser escondidas; pode ser velada, quando vem escamoteada por palavras ou gestos que só a vítima vai percebendo e assimilando ao longo dos dias, meses, anos, até não conseguir mais suportar; pode ser na exploração da imagem feminina como um objeto, como a mídia se habituou a fazer, “coisificando” a mulher sem se importar se ela é mais do que aquele corpo ali exposto como objeto de desejo.

Muito ainda se poderia falar sobre a violência contra a mulher, na relação política, por exemplo, em que ocupamos ainda tão pouco espaço.

Esta é outra luta que precisamos assumir e com a maior brevidade possível, porque o Parlamento é, sem

dúvida, o espaço legítimo para as reivindicações que tão urgentes se fazem em defesa da mulher.

Esta é a nossa responsabilidade como parlamentares. Precisamos ampliar o espaço feminino e lutar para que se cumpra aquilo que a Anistia Internacional está pedindo com tanto empenho a todos os países e à sociedade em geral: "... que se lute pela abolição de leis que discriminem as mulheres, e pela aprovação e efetiva implementação de leis e outras medidas que protejam as mulheres contra a violência, pois está em nossas mãos fazer a diferença e trazer para dentro de casa os direitos humanos".

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Anunciamos a presença da Senadora Ana Júlia Carepa.

Com a palavra a Deputada Suely Campos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys, cumprimento todos os presentes, as mulheres presentes, os Senadores e as Senadoras, enfim, todos aqueles que estão pacientemente ouvindo as vozes neste momento, mas é o momento que temos para nos pronunciar e tentar conscientizar o mundo sobre a questão da violência.

A campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres” vem sendo realizada desde 1991 em aproximadamente 130 países e transformou-se em excelente instrumento de mobilização da sociedade, ampliando a consciência de todos para a gravidade da questão, que afeta as mulheres sem distinção de classe social. Como os índices de violência contra a mulher ainda estão altos no Brasil, é preciso continuar essa cruzada, repercutindo o grito feminino por justiça, respeito e cidadania.

Foi assim em 1857, com as operárias têxteis de uma fábrica em Nova York. Foi assim também em 1908, quando mais de 14 mil mulheres marcharam pelas ruas de Nova York, levando consigo o *slogan* “Pão e Rosas” – pão, pela estabilidade econômica; e rosas, pela melhor qualidade de vida.

Essa caminhada, que teve início há quase cem anos, nunca foi interrompida. Ano após ano, ela continua renovada, reforçada e ecoando em todo o mundo. É o grito pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, que veio crescendo desde essas manifestações e que chega forte aos ouvidos de milhões de pessoas em todo o Planeta. É o grito da perseverança feminina, que ainda há de ser ouvido por todos os cidadãos da Terra. E a voz da mulher encontra toda a sua força e se faz ouvir em todos os continentes durante eventos como este. São campanhas importan-

tes, que ajudam o trabalho de conscientização e que precisam continuar.

Precisam continuar, Sr^a Presidente, porque estamos longe do tão sonhado mundo de igualdade e respeito entre homens e mulheres. Nunca é demais repetir os números e as estatísticas, para que todos sintam o quanto a mulher ainda é vítima de violência física, sexual e emocional.

Durante os três minutos em que estarei nesta tribuna, 12 mulheres serão agredidas no Brasil. A maioria delas será agredida dentro de sua própria casa. Segundo o Relatório Nacional Brasileiro, que relata o perfil da mulher, a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil. Sabemos que esses números estão subestimados, pois apenas 10% das agressões sofridas pelas mulheres são denunciadas. Os números são estarrecedores, na mesma proporção em que é estarrecedor o nosso nível cultural em pleno século XXI. A sociedade mundial, inclusive o Brasil, cultiva valores que incentivam a violência contra a mulher – a violência física, que mutila; a emocional, que apavora; e a sexual, que é eterna e inalterável.

Não importa o tamanho da dor. Ainda existem mulheres que sofrem caladas. É um silêncio que reforça a impunidade e que, lamentavelmente, fortalece e aumenta a coragem dos agressores.

As mulheres precisam continuar sua marcha de “Pão e Rosas”, porque a consciência do ser humano é difícil de ser atingida. Precisamos reforçar a potência de nossa voz para furar essa barreira da consciência e para criar uma nova civilização marcada pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Momentos como este são importantes para o nosso movimento, que vem avançando, mas não na velocidade e na forma como desejamos. Há uma enorme distância entre a situação ideal e a situação real da mulher. E é essa distância que nos faz ser mais fortes, pois sabemos que estamos no caminho certo, embora um pouco longe do nosso objetivo.

A casa não pode ser o local mais perigoso para a mulher, como constatamos muitas vezes. É impossível que ainda hoje a mulher sofra um risco nove vezes maior de ser agredida em sua própria casa do que na rua. É impossível que ainda hoje 23% das mulheres brasileiras estejam sujeitas à violência doméstica, mesmo depois de tanto grito e de tanta caminhada. A jornada continua e está longe de terminar, pois o mundo inteiro precisa da mulher. Mas a mulher precisa estar inteira no mundo, inteira de corpo e alma.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra à Deputada Iara Bernardi.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Senadora Presidente desta Mesa, Serys Ilhessarenko, Deputada Luci, todos os presentes, todas as presentes, Deputadas, representações de entidades.

É extremamente importante que tenhamos essas datas simbólicas, sessões solenes, ações. Hoje, o mundo inteiro debate este tema, porque se trata de uma data simbólica o dia 25 de novembro. O Brasil, as câmaras municipais, as entidades feministas debatem essas questões.

Concordo com o que disse a Deputada Vanessa Grazziotin. Temos grande preocupação com a violência no mundo, com a violência no Brasil, com a violência nas nossas cidades, mas a nossa tarefa hoje, principalmente como Deputadas, é debater a violência de gênero, o machismo, a discriminação da diferença, a violência que agride, a violência específica contra a mulher; é discutir as ações que podem se feitas, até porque nossa responsabilidade é muito maior como representantes das mulheres brasileiras no Congresso Nacional.

Conseguimos aprovar, no Congresso Nacional, leis específicas que tratam do tema violência contra a mulher, uma delas de minha autoria, evidentemente com toda a participação da bancada feminina, com a contribuição valiosíssima das entidades feministas, que trata de tipificar, no Código Penal brasileiro, a violência doméstica. Há a lei da Deputada Nair Xavier Lobo, que determina o afastamento cautelar do agressor do lar. Muitas vezes, apenamos muito mais a mulher em caso de violência, afastando-a do lar, com suas crianças, quando ela deveria permanecer no lar e o agressor, ser afastado.

Estamos aguardando, com grande ansiedade, o projeto que foi elaborado pelas entidades feministas, juristas, coordenado pelas bancadas femininas da Câmara e do Senado. Trata-se de trabalho feito pela Secretaria Especial de Políticas Públicas pelas Mulheres, que é uma lei ampla, completa, abrangente, que, inclusive, faz o Brasil prestar contas dos seus compromissos internacionais, pois assinamos o Protocolo de CEDAW e somos signatários da Convenção de Belém do Pará.

Essa legislação, pelo que sabemos, será assinada pelo Presidente da República e entregue simbolicamente aos Presidentes da Câmara e do Senado. É uma legislação completa, que trata de ações preventivas, de modificações na legislação, da questão da sensibilização dos Poderes, principalmente do Judiciário, das ações punitivas, dos tratamentos, das ações que devem ocorrer nos municípios por meio dos Governos estaduais e das ações e dos orçamentos dos

governos federais para se erradicar a violência contra a mulher no Brasil.

Esperamos que, de fato, esse trabalho valiosíssimo seja entregue a este Congresso, para que possamos avaliá-lo e aperfeiçoá-lo, para que o Brasil tenha de fato essa resposta a esses compromissos internacionais que temos com relação ao Protocolo de Cedaw, à Convenção da Mulher da ONU e à Convenção de Belém do Pará e para que encontremos ações concretas para erradicar no Brasil a violência contra a mulher.

Amanhã será para nós um dia extremamente importante, porque esse é um trabalho que todos aguardamos e é uma resposta do Governo brasileiro a essas ações.

Temos a campanha “Dezesseis Dias de Ativismo”, um material extremamente rico e importante, que foi coordenado pela Agende, pelas Comissões do Ano da Mulher da Câmara dos Deputados e do Senado e pela bancada feminina. “Uma vida sem violência é um direito das mulheres – Campanha dos 16 dias de Ativismo” é um trabalho extremamente importante. É também importante ressaltar a campanha lançada pelo Instituto Patrícia Galvão, de São Paulo, com o lema “Onde tem violência, todo mundo perde”. Sabemos que toda a sociedade perde quando há violência contra a mulher e que todos ganham quando se investe no trabalho, na emancipação, na educação e na saúde da mulher.

Menciono ainda a Campanha do Laço Branco: “Homens pelo fim da violência contra as mulheres”, que mostra a sensibilização masculina para se trabalhar o outro lado, o do agressor, com relação à violência contra a mulher.

Há um trabalho extremamente importante, como já foi ressaltado por algumas companheiras, no que diz respeito às ações nos Municípios. Com a renovação das prefeituras e câmaras municipais, precisamos que as ações municipais se efetivem e contem com recursos orçamentários, porque a sensibilização deve ocorrer ali, a fim de que a Secretaria de Saúde atenda especificamente aos casos de violência contra a mulher na rede de saúde. Que a rede de educação seja sensibilizada para isso, que as delegacias da mulher funcionem, que existam casas de abrigo nos Municípios, que exista uma rede de atendimento integrada para que as mulheres possam ser atendidas no local em que a violência ocorre. Enfim, que haja a sensibilização dos órgãos policiais, o aperfeiçoamento da legislação, que é nossa tarefa nos Estados e nos Municípios. Então, essas ações são extremamente importantes.

Volto a ressaltar uma questão muito prática: essas ações precisam se refletir também nos orçamentos, tanto no Orçamento da União, que agora estamos apro-

vando, como nos orçamentos estaduais e municipais, para que, na prática, as redes de atendimento possam existir. A nossa responsabilidade, como Deputadas e Senadoras, é muito maior principalmente no tocante ao aperfeiçoamento das leis e das ações práticas para que elas se efetivem e a violência contra a mulher seja erradicada no Brasil.

Há uma série de atividades ocorrendo no Congresso Nacional. Esta data simbólica e esta sessão solene são extremamente importantes.

O Sr. Luciano Zica (PT – SP) – Deputada...

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Espero que possamos finalizar as nossas ações principalmente no âmbito da Comissão Especial do Ano Nacional da Mulher, na Câmara e no Senado, com o estudo e o trabalho dessa legislação que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres coordenou juntamente com as entidades feministas e que possamos ter o ano de 2004 realmente como sendo o ano da mulher, com essa legislação completa e entregue para o estudo do Congresso Nacional.

O Sr. Luciano Zica (PT – SP) – Deputada Iara Bernardi, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Pois não, Deputado Zica.

O Sr. Luciano Zica (PT – SP) – Nobre Deputada Iara, muito obrigado pelo aparte que V. Ex^a me concede.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Luciano Zica (PT – SP) – Cumprimento a organização deste movimento, que ganhou uma dimensão importante já no ano passado, com uma repercussão muito positiva e que nos leva a refletir sobre a necessidade urgente de assegurar recursos no Orçamento para esse fim, em todos os níveis, como V. Ex^a observou. Em alguns Municípios, já funciona perfeitamente. Na cidade de Campinas, por exemplo, criou-se uma Coordenadoria de Assuntos da Mulher, que implementou, com orçamentos do próprio Município, o atendimento à mulher vítima de violência, com resultado extremamente positivo. No entanto, apesar da evolução havida no Governo do Presidente Lula com a criação da Secretaria com **status** de Ministério, não vemos ainda uma força presente no Orçamento da União com vistas a assegurar recursos para a implementação dessas políticas. É muito importante que todos nós, mulheres e homens que temos consciência da importância desta luta, reforcemos esta campanha nestes 16 dias, mas que não percamos de vista, durante todo o ano e durante toda a nossa vida, a importância de estabelecermos definitivamente o fim de uma mancha que paira sobre a humanidade há muito

tempo: a violência contra a mulher. Por isso, cabe a todos nós essa responsabilidade. Cumprimento a nossa Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, e todos os organizadores desta sessão solene, pela importância do tema e pela responsabilidade que todos temos na implementação das reivindicações de correção de rumo na prática da política do cotidiano de nosso País.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Muito obrigada, Deputado Luciano Zica, pela contribuição de V. Ex^a.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Anuncio a presença do Senador Mão Santa.

Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko; companheiras Deputadas Federais e Estaduais; demais companheiras detentoras de mandatos em nosso País; Sr^s e Srs. Senadores; senhoras e senhores presentes; representantes do grupo As Marias, que apresentarão um espetáculo que, com certeza, condiz com a realidade delas, quero falar sobre a importância e a visibilidade que esta sessão solene do Congresso Nacional dá ao Dia Internacional do Combate à Violência contra a Mulher. Falarei sobre as ações realizadas neste ano de 2004, Ano Nacional da Mulher, principalmente aquelas empreendidas pela bancada feminina do Congresso Nacional e pelas organizações não-governamentais de mulheres no nosso País. Também falarei sobre as discussões havidas a partir da organização da bancada com o apoio dessas ONGs em cada uma das 27 unidades federadas do Brasil.

As companheiras que me antecederam falaram sobre algumas das nossas lutas: o massacre das mulheres em Montreal, as lutas das nossas companheiras dos Estados Unidos e o caso da companheira Amina Lawal, nigeriana que, embora estivesse condenada à morte, não foi massacrada por causa de uma campanha internacional empreendida em seu favor. E, apesar dos meus 25 anos de militância, isso me faz acreditar que é possível um novo mundo, sim; que militar faz bem, que gerações futuras chegarão ao que nós sonhamos, almejamos no dia de hoje e que vimos almejando durante toda a nossa vida às mulheres.

Como amazônica que sou, quero falar do grande esforço empreendido durante este ano para que as ações a serem desenvolvidas em nosso Estado tivessem a maior participação possível das mulheres coordenadas pela Assembléia Legislativa no Estado do Amapá. Refiro-me também à questão de gênero, raça e de etnia, porque a questão da mulher indígena é bastante forte, a mulher amazônica também. No Estado do Amapá, por exemplo, há um habitante por

km², o que torna muito mais difícil o acesso aos serviços. A partir de ações como essas entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade civil organizada, dentro das diferentes realidades vividas pelas mulheres em nosso País, do Oiapoque ao Chuí.

Não deixo de me assustar sempre com os dados; não me acostumo com os dados colocados pelas companheiras de que a cada 15 minutos uma mulher é violentada em nosso País. Sempre que cada uma de nós nos lembra disso, devemos tomar uma atitude para eliminar essa violência que nós, mulheres, não merecemos, independentemente de classe social, porque isso não acontece somente com as mulheres pobres, com as mulheres negras é pior; e com as mulheres índias, que estão lá no meio da floresta, é pior ainda. Refiro-me a outra forma de violência que discutimos ao longo de todo este ano.

Muito foi dito já pelas companheiras que me antecederam e pelos companheiros Senador Antônio Carlos Valadares, Deputado Luciano Zica, nosso companheiro de Campinas, mas quero dizer às companheiras e companheiros que temos a obrigação de lutar por nossos direitos, para que cheguemos ao dia em que não será mais necessário estabelecer o dia 25 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Violência de que todas nós mulheres – eu me incluo, não que sofra violência, mas como mulher me incluo – somos vítimas no Brasil e no mundo.

Muito obrigada.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT)

– Com a palavra a Deputada Luci Choinacki.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores e Deputados, quero cumprimentar em especial o grupo de teatro “Maria do Brasil”, que está aqui nesta Casa nos visitando. E já convidar para a apresentação do espetáculo “Eu também sou mulher”, às 14 horas e 30 minutos, no hall da Taquigrafia. Esse é um grupo que já vem se apresentando e trazendo toda a luta, o trabalho da empregada doméstica para a valorização. Como eu disse, todos nós temos direitos e deveres, mas muitas vezes temos mais deveres do que direitos. As companheiras trabalhadoras domésticas vêm trazendo também à discussão o reconhecimento de alguns direitos que ainda não estão na Constituição brasileira, principalmente Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e seguro-desemprego, que a Constituição brasileira garantiu para todos os trabalhadores, exceto empregadas domésticas. Precisamos trabalhar nisso no sentido de não onerar o empregador ou empregadora e buscar uma forma para que seja descontado no Imposto de

Renda – são tantos descontos já para o capital... Mas precisamos garantir direitos para essas trabalhadoras porque a maior parte do trabalho doméstico é feito por mulheres, principalmente afro-descendentes vindas do interior, que, por falta de outros empregos, foram buscando o trabalho doméstico como saída.

Quero também, bem rapidamente, dizer que é necessário que tenhamos esses momentos para dar visibilidade a todas as formas de violência, porque não é só a pancada que recebemos, mas o desrespeito, o pensamento de que nós mulheres, muitas vezes, somos incapazes de pensar política, de ser protagonistas de um mundo melhor, que nossa função social é reproduzir e cuidar do espaço privado e não do espaço público e que temos obrigações históricas de obedecer, cuidar dos filhos e da casa. Bater era normal, um ato natural; mas, agora, com as denúncias das mulheres, vem se colocando essa violência como um crime aos direitos humanos.

Avançamos, mas precisamos trabalhar muito porque fazer leis nós Parlamentares fazemos. Mas o importante é mudar as mentes, mudar as cabeças, mudar uma cultura machista de violência, mudar uma cultura em que se pensa que tudo é normal. Assim, é preciso mudar essa mentalidade. É preciso tratar homens e mulheres como seres humanos. Não se pode tratar um de forma mais humana que outro. Bater dói; a agressão dói; o desprezo humilha as pessoas. Podemos evitar doenças e problemas se houver uma mudança nas relações sociais entre homens e mulheres. Por isso é necessário aprofundar este debate. Avançamos bastante, mas, nas classes mais pobres, as mulheres sofrem mais violência. Além da violência econômica, essas mulheres sofrem com a falta de informação. O Estado não tem políticas públicas, não tem ação mais segura, mais firme para enfrentar todo o preconceito, toda a violência que as mulheres têm sofrido historicamente.

As casas de abrigo deveriam ser um local de passagem transitória. Isso porque não podemos legitimar a violência. O mais importante é reeducar o homem para que ele, belo e formoso, não consiga depois outra mulher e comece a espancá-la dizendo que faz tudo isso por amor. Gostaria de descobrir se há teses explicando que quem ama bate. Eu não entendo esse tipo de amor. Esse é um tipo de violência, uma agressão construída na cabeça das pessoas que dizem que o homem ama, mas bate porque tem ciúmes. Ah, que idiotice! Vamos acabar com isso. Constroem-se frases historicamente que são reproduzidas até que se entendem normais. Mas quando uma mulher um dia repetir, o mundo todo vai achar um escândalo. Mas nós não queremos isso; nós queremos mudar as relações, queremos um mun-

do humano, queremos humanizar as relações, criar condições para que as mulheres também se incluam na cidadania e sejam respeitadas.

Outra violência que para mim é grande é não reconhecer o trabalho das mulheres. O Estado negou muitas políticas públicas às mulheres. As mulheres trabalham, mas não têm seu trabalho reconhecido. A reprodução humana, o cuidado com os doentes, cuidado com os portadores de necessidades especiais, todo um trabalho que deveria ser papel do Estado, da sociedade e das famílias ficou com as mulheres. E se diz que é sua obrigação. Não há políticas públicas, não se reconhece, não se inclui na previdência. Por isso precisamos lutar enormemente no combate à violência física, psicológica, sexual, econômica; na inclusão dos direitos sociais, porque sem direito ninguém se liberta; e sem condição econômica não podemos ver nenhuma mulher livre do espancamento.

Aliás, eu li uma vez um livro de um senhor que fazia empréstimo para as mulheres; e os homens gostavam de bater bastante. E quando as mulheres começaram a ter seu dinheirinho e se organizar, a primeira coisa que eles perderam foi o direito de bater. Eles viram que era importante as mulheres participarem, eles gostavam, elas ganhavam dinheiro, e eles não podiam bater. Sabe por quê? Porque se ele batia a mulher dava um chute no traseiro dele e o mandava embora. Por isso ter o direito econômico é importante, aumentar as condições para que as mulheres possam se libertar.

A designação deste dia e o período de dezesseis dias de discussão dá visibilidade. E assumimos a posição de que é preciso, cada vez mais, aprofundar o debate, mudar a cultura e criar formas e mecanismos de políticas públicas para que as mulheres possam ser contempladas nos seus direitos à cidadania.

Para encerrar, Srª Presidente, quero dizer que coordenei a Comissão Especial para discutir a pobreza das mulheres no Brasil. Quando falo da pobreza, refiro-me à pobreza integral do ser humano, que não é só econômica, mas abrange a falta de conhecimento, os problemas psicológicos – grande parte das mulheres está numa situação deprimente –, a falta de auto-estima, a falta de desenvolvimento espiritual e das condições intelectuais e a questão cultural. Precisamos reconhecer a pobreza no seu contexto, porque ela não é só econômica – repito –; toda ela faz parte de um processo que foi deixando as mulheres muitas vezes com medo de agir, com medo de participar, com medo de denunciar, com medo de ser liderança política, como poucas nós somos.

Essa eleição que passou mostrou o machismo. Ouvi tantos políticos rebaixando o debate que fiquei

enojada. Tanto que muito menos mulheres se elegeram vereadoras ou prefeitas. Houve um componente de grande influência nisso: o rebaixamento de gênero nas eleições. Nós mulheres precisamos participar do debate para que daqui a dois anos tanto o Senado como a Câmara não tenham menos mulheres em função do rebaixamento político que muitas vezes se fez, o qual se repetiu na eleição passada.

Acredito que nós mulheres, quando assumimos uma causa, uma luta, damos conta da tarefa e abrimos caminho, mentes e corações para essa transformação.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Deputada.

Desejo anunciar, rapidamente, que ontem o Senado aprovou a Lei nº 9.394/96, a qual introduziu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira – não vou ler a lei como um todo, mas apenas um dos itens – o estudo sobre questões da violência contra a mulher.

Gostaríamos de agradecer a todos e a todas que aqui compareceram, cujos nomes já foram anunciados no início desta sessão, que durou mais de duas horas. Também agradecemos a todas as autoridades que nos honraram com suas presenças.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, a Srª Senadora Ana Júlia Carepa e o Sr. Senador Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos hoje comemorando o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Hoje temos, então, um momento dedicado exclusivamente a que juntemos nossas vozes contra esse crime, que é a violência dirigida à mulher.

Confesso, Sr. Presidente, que participo desta comemoração dividido. Por um lado, é sem nenhuma sombra de dúvida uma grande conquista das mulheres, em especial das mulheres latino-americanas, que este dia 25 de novembro – dia em que tombaram, em 1960, vítimas de uma ditadura, as irmãs Mirabal, na República Dominicana – tenha sido reconhecido pela ONU como Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. O valor simbólico desse reconhecimento é inegável. Sinto, portanto, grande satisfação de estar aqui lembrando o exemplo das três irmãs e, por meio dele, associando-me ao repúdio que merece a violência contra as mulheres.

Por outro lado, se precisamos, ainda, marcar nosso repúdio dessa forma é porque a violência contra a mulher é, infelizmente, um fato corriqueiro, um traço renitente de nossa sociedade. Se ainda tem sentido manifestar nossa aspiração pelo fim da violência específica contra a mulher, é porque esse tipo de violência continua ocupando entre nós um lugar importante nas relações entre gêneros. Melhor será o dia em que viremos não pedir o fim da violência contra a mulher, mas comemorar, aí sim, plenamente, a eliminação desse tipo de violência.

Poderia apresentar aqui os números, as estatísticas, que caracterizam, com a clareza que é possível neste caso, os contornos específicos da violência que se dirige contra a mulher. Não farei isso, até porque outros já o fizeram ou ainda o farão hoje, aqui nesta Tribuna. Ao invés disso, ao invés de pôr a ênfase no aspecto quantitativo, quero enfatizar o aspecto qualitativo, por assim dizer, da caracterização da violência contra a mulher.

Antes de mais nada, é preciso ver que a violência contra a mulher ganha seu sentido próprio no contexto das relações entre gêneros. Infelizmente, essas relações, ainda hoje, são muitas vezes marcadas pela desigualdade, pela assimetria e pela falta de reciprocidade. A violência contra a mulher, assim, é especialmente grave porque é dirigida contra alguém que já é, muitas vezes, artificialmente posta em uma posição inferior – o que já é, diga-se de passagem, uma violência. Nessa posição desigual, são-lhe negadas oportunidades não só de reagir, mas, também, de defender-se, de exigir reparação, de conseguir justiça.

Certo, violência é violência: é sempre condenável, seja contra quem for dirigida, homem ou mulher. Mas a violência contra a mulher tem uma especificidade: ela ocorre num contexto de relações assimétricas, em que à arbitrariedade da violência se soma a injustiça do tratamento desigual.

Mais do que isso, a violência contra a mulher tem outro aspecto, outra peculiaridade, que realça seu caráter especialmente cruel. É que ela ocorre, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como sabemos, principalmente no lar, cometida, freqüentemente, por pessoas muito próximas, cônjuges ou parentes. Justamente lá, onde sempre esperamos encontrar nosso refúgio mais certo, nosso porto seguro, ou seja, no nosso lar, no seio de nossa família, o que essas mulheres encontram é violência.

Assim, a existência pública das mulheres é freqüentemente diminuída, sobretudo se ela é pobre: não há instâncias para ouvi-la, para receber suas reivindicações e para fazer-lhe justiça. Sua existência privada muitas vezes está envolta em violência, física, moral ou psicológica, quase sempre de maneira velada, in-

visível, escondida ou, simplesmente, deliberadamente ignorada. Alijada da esfera pública, desprotegida na esfera privada, a mulher é especialmente vulnerável à violência. Injustiça gera violência, que gera injustiça, que gera violência: difícil quebrar esse círculo vicioso, no qual se reforçam e se amplificam os efeitos danosos de ambas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, fico triste e feliz de estar aqui. Triste, porque preferiria que não tivéssemos mais, em pleno século 21, com todos os avanços que a humanidade já foi capaz de realizar, que estar aqui falando, em termos ainda de aspirações e diante de uma realidade violenta, sobre a eliminação da violência contra a mulher. Feliz, porque diante da força da mobilização que este dia é capaz de provocar, vejo a esperança de que essas aspirações logo se tornem realidade.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^a Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, freqüentemente assistimos nos noticiários referências a atos de violência praticados por criminosos, pela polícia, por grandes proprietários de terra. Não obstante os índices serem alarmantes, uma crítica recorrente diz respeito à banalização da violência. Afinal, diante de tantas atrocidades perdemos a nossa capacidade de indignação e adotamos uma atitude que se aproxima da apatia, muito mais pelo sentimento de incapacidade que nos domina do que por indiferença em relação ao sofrimento humano. Ainda assim, reconhecemos ser a questão da segurança assunto de Estado e esperamos que os governos desempenhem o seu papel no combate à violência, ainda que essa expectativa não seja acompanhada de uma cobrança efetiva.

O cenário se torna mais preocupante se chamarmos a atenção para uma dimensão da violência que é ainda mais banalizada, eu me refiro aqui à violência contra a mulher. A cada 15 segundos uma mulher sofre algum tipo de agressão no Brasil. A cada quatro minutos, uma mulher é espancada. Por ter sua origem quase sempre no espaço privado, no seio das famílias, esse tipo de violência até muito recentemente não era abordado no debate nacional, na esfera pública, e os atos de violência contra a mulher eram com freqüência praticados com a chancela de uma sociedade marcadamente por valores patriarcais e por uma visão da mulher em uma relação de submissão. Fomos educados para acreditar que “em briga de marido em mulher não se mete a colher”. Aliás, é com pesar que percebo que essa máxima infelizmente ainda é repetida em alguns lugares do Brasil, em meio à lamentável indiferença às conquistas das mulheres neste último século.

É certo que o papel da mulher passou por transformações em todos os lugares, em menor ou maior grau. Mas mesmo se assumirmos que o tradicional “lugar de mulher é na cozinha” está em desuso, perdura o discurso sexista e discriminatório quando ouvimos que a mulher bem sucedida profissionalmente conseguiu sucesso porque é amante do chefe; que a vítima de estupro é a maior culpada de ter sido estuprada por estar vestida de forma provocante àquela hora da noite, naquele lugar; que as profissionais do sexo são mulheres de vida fácil, destruidoras de lares; e que as mulheres que defendem os seus direitos ou são mal amadas ou não têm mais o que fazer.

Pois eu digo: não, não somos mal amadas. E sim, temos mais o que fazer além de lutarmos por nossos direitos: trabalhamos, estudamos, dirigimos e pegamos ônibus, cuidamos de filhos e da casa, e ainda arrumamos tempo para nos divertirmos. Esse desvio do discurso tradicionalmente sexista é somente uma provocação que desqualifica o debate e enfraquece a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Somos cidadãs, tanto quanto os homens, somos seres humanos, e como tal queremos ser respeitadas.

Para o Secretário Geral da ONU, Kofi Anan, a violência contra a mulher é talvez a violação mais vergonhosa dos direitos humanos. Não conhece fronteiras de geografia, cultura ou renda. E enquanto persistir, não se pode falar em progresso real em direção à igualdade, desenvolvimento e paz.

A violência de gênero em seus aspectos de violência física, sexual e psicológica, é um problema que está ligado ao poder, onde de um lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e de outro lado, uma ideologia dominante, que lhe dá sustentação.

Para ilustrar, tenho aqui alguns dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que mostram que 33% das brasileiras já sofreram alguma forma de violência física, 27% violência psíquica e 11% assédio sexual. Comprovando que a origem desse tipo de violência é quase sempre no seio da família, 70% dos crimes acontecem dentro de casa, tendo como agressores os companheiros, maridos, padrastos, vizinhos e pais. Como as mulheres são vítimas de um outro tipo de violência, o preconceito social, muitas não denunciam as agressões sofridas, seja por medo, vergonha ou falta de perspectiva de mudança.

O resultado é a impunidade, o que tende a reforçar o ciclo. É imperativo que a questão da violência contra a mulher tenha espaço na agenda pública, como uma violação dos direitos humanos e como um problema de saúde pública. Do lado dos direitos humanos, a violência contra a mulher é um desrespeito a um direito básico dos seres humanos que é o direito de viver em paz, com dignidade e respeito. Do lado da saúde pública, pesquisas da OMS (Organização Mundial da Saúde) revelam que mulheres que sofrem violência física, sexual ou psíquica desenvolvem mais problemas de saúde e têm o agravamento de doenças crônicas. Além disso, embora muito se tenha avançado no combate e no tratamento da aids, o número de mulheres infectadas aumenta a cada dia, não raras vezes contaminadas pelo próprio marido ou namorado, já que negociar o uso da camisinha continua sendo um tabu. No início dos anos 80, a relação era de 25 homens para uma mulher infectada. Hoje a relação é de 2 homens para 1 mulher.

Só poderemos falar em efetivo combate à violência contra as mulheres se pensarmos no assunto de forma sistêmica, de forma que perpassasse todas as instituições e por meio de ações efetivas. Aqui no Senado temos desempenhado o nosso papel aprovando leis que, por exemplo, aumentem as penas no caso de violência doméstica, e que estabeleçam a notificação compulsória pelas instituições de saúde – da qual tive a honra de ser relatora. A CPMI da exploração sexual teve um importante papel nesse sentido, resultando em algumas propostas de lei que estão na pauta para serem votadas, como a que aumenta a pena daqueles que facilitem a exploração sexual de mulheres e adolescentes.

É importante não esquecermos, contudo, que a violência contra a mulher não se limita à violência física, ou à violência sexual. Pouco reconhecidas, a violência psicológica e a violência moral, minam a auto-estima, magoam e denigrem a imagem que a mulher tem de si mesma; a violência patrimonial, dificulta as condições de subsistência e dificulta o acesso a instrumentos de trabalho, documentos, bens, recursos econômicos ou direitos; e há também a violência institucional, praticada nos órgãos prestadores de serviços públicos e perpetrada por agentes que deveriam proteger as mulheres vitimadas e garantir a elas uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos.

Eu gostaria de terminar conclamando a sociedade para que se mobilize, unindo-se a nós nessa luta,

participando da campanha de 16 dias no combate a violência contra a mulher. Afinal, “mais do que o corpo, a violência atinge a alma, destrói sonhos e acaba com a dignidade das mulheres”.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, hoje comemoramos o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Quero começar meu pronunciamento tomando emprestada a fala de Polyana Resende, que, em um dos *spots* fornecidos na campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, diz:

“Não, não existe mulher que gosta de apanhar.

O que existe é mulher humilhada demais pra denunciar,

Machucada demais pra reagir,
Pobre demais pra ir embora.

A sociedade não pode se omitir frente a essa realidade.

Violência contra as mulheres, nem um minuto mais!

Uma vida sem violência é um direito das mulheres.”

De fato Sr^{as}s e Srs. Senadores, demais colegas Parlamentares, é o cúmulo da hipocrisia, da leviandade e da insensibilidade justificar a agressão às mulheres com a alegação de que elas gostariam de apanhar.

Mas, infelizmente, esse ainda é um pensamento muito forte entre alguns brasileiros.

A cada 15 segundos, em nosso País, uma mulher sofre algum tipo de agressão.

Em 2003, as delegacias do Estado do Rio de Janeiro registraram 31 mil ocorrências de lesões corporais contra mulheres. Nas delegacias paulistas foram 87 mil casos registrados no mesmo período. As vítimas – os dados revelam – são mulheres de todas as idades, níveis de instrução e camadas sociais; e seus agressores, em sua maioria, seus maridos, namorados, pais, irmãos ou filhos – quase sempre homens.

Esse números são ainda mais graves quando se leva em consideração que as estimativas feitas pelos especialistas indicam que apenas 15 a 20% das agressões contra a mulher são denunciadas.

A pesquisa mais abrangente realizada, até agora, sobre o tema – feita pela Fundação Perseu Abramo – indicou que 11% das mulheres acima dos 15 anos,

o equivalente a sete milhões de brasileiras, já foram agredidas ao menos uma vez.

Embora seja a população mais pobre quem leva a maioria das denúncias às delegacias, pelo menos 20% dos casos de violência contra as mulheres ocorrem na classe média e alta.

A violência afeta a saúde física e mental da mulheres, solapando sua autoconfiança e capacidade de trabalho. É impossível ser criativa e produtiva no local de trabalho carregando as marcas físicas e psicológicas do abuso. A experiência de agressão destrói a auto-estima da mulher e a expõe a um risco muito mais elevado de sofrer problemas mentais, como depressão, estresse pós-traumático, tendência ao suicídio e consumo de drogas e álcool.

Denunciar os abusos sofridos é um ato de muita coragem para uma mulher agredida.

Com sua auto-estima completamente destruída por sofrer espancamento da mesma mão de quem esperava receber carinho, fica difícil ela acreditar que pessoas que não a conhecem, tais como as que encontrará na delegacia, acolherão sua dor.

Ademais, a pobreza em que vivem muitas mulheres brasileiras lhes impõe a triste sina de ter de se submeter aos maus tratos, sob pena de, caso se rebelam, ter de deixar o teto onde vivem, sem ter para onde ir.

É por isso que o simples ato de denunciar já é uma vitória para a mulher que sofre violência. Vitória porque foi vencida a vergonha, o medo, a baixa auto-estima e a depressão. Vitória porque reagir é o primeiro passo para mudar de vida.

Quando percebe que o assunto deixou de ser tabu, para tornar-se preocupação geral; quando a questão sai de dentro das quatro paredes do lar, onde a figura masculina por vezes a controla e oprime, a mulher agredida passa a compreender e a contextualizar melhor seu problema.

Saber que não é a única vítima desse tipo de situação dá-lhe forças para pedir ajuda e ter coragem de denunciar. É por isso que um outro *spot* fornecido na campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, diz:

Quando a mulher agredida recebe o apoio da sociedade, ela tem forças para dar um basta à violência e mudar seu destino.

E é aí que está nosso papel como representantes da sociedade.

Nas eleições deste ano, foram eleitas mais de 6 mil e 500 vereadoras, o que representa cerca de 12,5% de todos os vereadores do País.

Para os cargos do Executivo, nas últimas eleições foram eleitas 407 prefeitas, o que significa cerca de 7,5% do total.

Tanto no caso das vereadoras quanto no das prefeitas, o número de mulheres eleitas aumentou percentualmente quando comparado aos dados das eleições de 2000. Isso significa que as mulheres estão aumentando sua participação nas esferas de governo, tanto no Legislativo quanto no Executivo.

Essa proporção ainda está distante do que seria desejado, ou seja, já que as mulheres representam cerca de 50%, ou até um pouco mais, da população, sua participação nos cargos políticos deveria ser da mesma magnitude. Apesar de essa meta ainda não ter sido atingida, estamos caminhando para isso.

As mulheres que atuam na política têm papel indiscutível para reverter esse quadro de violência.

As Sras Senadoras, colegas Parlamentares, são a primeira voz dessas mulheres marcadas pela violência, pois não resta dúvida de que entendem, melhor até do que nós, o que passam suas congêneres.

Mas não estão sozinhas.

Nós, Parlamentares do outro sexo – e não do “sexo oposto” – lhes somos solidários. Temos mãe, esposa, filhas, netas e muitas outras pessoas queridas, para quem desejamos construir um País mais equânime, menos injusto e mais fraterno; no qual as mulheres não sofram a vergonha de ser agredidas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 22 minutos.)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

*

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23 -4-2003

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho -PMDB-AM

1º Vice -Presidente: Deputado Pauderney Avelino – PFL - AM

2º Vice -Presidente: Senador João Ribeiro – PFL - TO

3º Vice -Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB-SP

Relator da LDO: Deputado Paulo Bernardo

Relator -Geral do Orçamento para o ano de 2004: Dep. Jorge Bittar – PT-RJ

Relator do PPA 2004/ 2007 – Senador Roberto Saturnino – PT-RJ

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PT-PSB-PTB-PL)	
Serys Slhessarenko ⁽²⁹⁾	1. Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino	2. (vago) ⁽⁵⁶⁾ (13) ⁽⁹³⁾
Delcídio Amaral (2) ⁽¹³⁾	3. Eduardo Suplicy
Fernando Bezerra (25)	4. Duci omar Costa(73)
Magno Malta	5. Ideli Salvatti ⁽⁷²⁾ (56) ⁽²¹⁾
Geraldo Mesquita Júnior	6. Aelton Freitas ⁽²⁾
Sibá Machado ⁽⁷³⁾	7. Fátima Cleide -RO(56) (29) ⁽²⁵⁾
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Paulo Elifas ⁽⁹⁴⁾ ⁽⁴⁸⁾ (20)	3. Romero Jucá (48) ⁽⁶⁾
Sérgio Cabral	4.Garibaldi Alves Filho ⁽²⁰⁾ ⁽¹²⁾
Hélio Costa	5. Leomar Quintanilha ⁽⁵⁹⁾

* Designação feita em 14-4-2003 (SF)

⁽²⁹⁾ Substituição da Sen. Hélia Helena (T) pela Sen Serys Slhessarenko (T), deixando a mesma de ser suplente, em 5-8-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁵⁶⁾ Indicação dos Sen. Eurípedes Camargo (S), Flávio Arns (S) e a Senadora Fátima Cleide (S), em 29-10-2003 – PT – SF.

⁽⁹³⁾ O Sen. Eurípedes Camargo (S) foi desligado da Comissão em 3-2-2004 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL)-SF.

⁽¹³⁾ Substituição do Sen. Papaléo Paes pelo Sen. Delcídio Amaral (T), em 22-5-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁷²⁾ Substituição do Sen. Flávio Arns pela Sen. Ideli Salvatti(S), em 4-12-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²¹⁾ Desligamento do Sen. Marcelo Crivella (S), em 10-7-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁾ Substituição do Sen Tião Viana pelo Sen Papaléo Paes(T) e indicação do Sen Aelton Freitas(s) em 23-4-2003- PT-SF.

⁽⁷³⁾ Substituição do Sen. Duciomar Costa pelo Sen. Sibá Machado para titular e do Sen. Sibá Machado pelo Sen. Duciomar Costa para suplente, em 9-12-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁵⁾ Remanejamento do Sen. Fernando Bezerra para titular e da Sen. Serys Slhessarenko para suplente, em 16-7-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁹⁴⁾ Substituição do Sen. Amir Lando pelo Sen. Paulo Elifas (T), em 2-3-2004 – PMDB-SF.

⁽⁴⁸⁾ Remanejamento dos Sen. Romero Jucá e Amir Lando para suplência e titularidade, respectivamente, em 2-10-2003 – PMDB-SF.

⁽⁶⁾ Indicação do Sen. Amir Lando(S), feita em 5-5-2003. PMDB-SF.

⁽²⁰⁾ Remanejamento dos Sen. Garibaldi Alves Filho para suplente e Romero Jucá para titular, em 8-7-2003- PMDB-SF.

⁽¹²⁾ Indicação do Senador Romero Jucá(S), feita em 21-5-2003 – PMDB-SF.

⁽⁵⁹⁾ Indicação do Sem. Leomar Quintanilha (S), feita em 5-11-2003 – PMDB – SF.

(continuação da Composição da CMO)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PFL	
Romeu Tuma ⁽⁵¹⁾	1. José Jorge
Jonas Pinheiro	2. vago (51)
João Ribeiro	3. Heráclito Fortes
Efraim Morais	4. Roseana Sarney
César Borges	5. Paulo Octávio
PSDB	
Leonel Pavan ^{(39) (14) (30)}	1. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	2. Arthur Virgílio ⁽⁸⁹⁾ (39)
Sérgio Guerra	3. João Tenório ^{(71) (15)}
PDT	
Augusto Bote Iho ⁽³²⁾⁽⁹⁵⁾	1. (vago) (95)
PPS ^(*)	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes ⁽⁵⁸⁾

⁽⁵¹⁾ Substituição do Sen. Leomar Quintanilha (T) pelo Sen. Romeu Tuma, que deixa a vaga de suplente, em 15-10-2003 – PFL-SF.

⁽³⁹⁾ Indicação do Sen. Leonel Pavan como titular, deixando a vaga de suplente, em 5-9-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁴⁾ Substituição do Sen. Romero Jucá pelo Sen. Reginaldo Duarte(T), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³⁰⁾ O Senador Reginaldo Duarte foi desligado da Comissão em 6-8-2003 – PSDB – SF.

⁽⁸⁹⁾ Indicação do Sen. Arthur Virgílio(S), em 19-12-2003-PSDB-SF.

⁽⁷¹⁾ Substituição do Sen. Teotônio Vilela Filho pelo Sen. João Tenório(S), em 28-11-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁵⁾ Indicação do Sen. Teotônio Vilela(S), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³²⁾ Substituição do Sen. Alvaro Dias pelo Sen. Almeida Lima(T), em 13-8-2003-PDT-SF.

⁽⁹⁵⁾ Substituição do Senador Almeida Lima (T) pelo Senador Augusto Botelho (T), ficando a suplência vaga, em 3-3-2004, PDT – SF.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁸⁾ Substituição do Sen. João Batista Motta pela Sen. Patrícia Saboya Gomes(S), em 4-11-2003-PPS-SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Ary Vanazzi -RS	1. Eduardo Valverde -RO ⁽⁹²⁾ ₍₇₉₎
Walter Pinheiro -BA(69)	2. José Pimentel -CE
Dr. Rosinha -PR	3. Leonardo Monteiro -MG ⁽⁷⁸⁾ ₍₈₄₎
Gilmar Machado -MG	4. Arlindo Chinaglia -PT(7)
João Grandão -MS	5. Paulo Rubem Santiago -PE
João Magno -MG	6. Devanir Ribeiro -SP ⁽⁶⁸⁾ ₍₇₇₎ ₍₇₎
Jorge Bittar -RJ	7. Tarcisio Zimmermann -RS
Paulo Bernardo -PR	8. Telma de Souza -SP
Vignatti -SC	9. Maurício Rands -PE ⁽⁶⁹⁾
Virgílio Guimarães -MG	10. Zezéu Ribeiro -BA
Wasny de Roure -DF	11. Vander Loubet -MS (7)
PFL	
Carlos Melles -MG	1. Carlos Nader -RJ
Cláudio Cajado -BA ⁽⁶³⁾ ₍₅₇₎	2. Cleuber Carneiro -MG
Eduardo Sciarra -PR	3. Gervásio Silva -SC
Rodrigo Maia -RJ ⁽⁷⁵⁾	4. Kátia Abreu -TO
José Rocha -BA	5. Laura Carneiro -RJ
Lael Varella -MG	6. Luiz Carreira -BA ⁽⁶⁴⁾ ₍₅₇₎
Júlio César --PI ⁽¹⁰⁾	7. Marcos Abraão -SP
Machado -SE	8. José Roberto Arruda -DF ⁽³⁵⁾
Osvaldo Coelho -PE	9. Fernando de Fabinho -BA ⁽⁴⁶⁾
Paudemey Avelino -AM	10. João Batista -SP ⁽²⁷⁾

⁽⁹²⁾ Substituição do Dep. Paulo Pimenta pelo Dep. Eduardo Valverde (S), em 27-1-2004-PT-CD.

⁽⁷⁹⁾ Substituição do Dep. Eduardo Valverde pelo Dep. Paulo Pimenta(S), em 12-12-2003-PT-CD.

⁽⁷⁸⁾ Substituição do Dep. Leonardo Monteiro pela Dep. Maninha(S), em 12-12-2003-PT-CD.

⁽⁸⁴⁾ Substituição da Dep. Maninha(S) pelo Dep. Leonardo Monteiro(S), em 16-12-2003-PT-CD.

⁽⁸⁸⁾ Substituição do Dep. Nilson Mourão pelo Dep. Devanir Ribeiro(S), em 19-12-2003-PT-CD.

⁽⁷⁷⁾ Substituição do Dep. Devanir Ribeiro pelo Dep. Nilson Mourão(S), em 12-12-2003-PT-CD.

⁽⁷⁾ Indicação do Dep. Vander Loubet(S) em vaga, substituição dos Deps. Nelson Pellegrino(S) e Professor Luizinho(S) pelos Deps. Arlindo Chinaglia e Devanir Ribeiro, feitas em 6-5-2003-PT-CD.

⁽⁶⁹⁾ Substituições do Dep. Carlito Mers (T) pelo Dep. Walter Pinheiro (T) e do Dep. Walter Pinheiro (S) pelo Dep. Maurício Rands (S), em 19-11-2003 – PT – CD.

⁽⁶³⁾ Substituição do Dep. Luiz Carreira pelo Dep. Cláudio Cajado(T), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽⁵⁷⁾ Substituição do Dep. Cláudio Cajado pelo Dep. Luiz Carreira, como titular, deixando o mesmo a vaga de suplente, em 4-11-2003-PFL-CD.

⁽⁷⁵⁾ Substituição do Dep. Gilberto Kassab (T) pelo Dep. Rodrigo Maia (T), em 11-12-2003 – PFL-CD.

⁽⁶⁴⁾ Indicação do Dep. Luiz Carreira(S), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽¹⁰⁾ Substituição do Dep. Luciano Castro (T) pelo Dep. Júlio César (T), em 14-5-2003-PFL-CD.

⁽³⁵⁾ Substituição do Dep. Robson Tuma (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (T), em 20-8-2003 – PFL-CD.

⁽⁴⁶⁾ Substituição do Dep. Rogério Teófilo pelo Dep. Fernando de Fabinho(S), em 26-9-2003-PFL-CD.

⁽²⁷⁾ Indicação do Dep. João Batista(S), em 17-7-2003-PFL-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PMDB	
José Borba -PR	1. André Luiz -RJ
Pedro Chaves -GO ⁽¹⁷⁾	2. Rose de Freitas ⁽⁶⁵⁾
José Priante -PA	3. João Correia -AC
Mauro Lopes -MG	4. Jorge Alberto -SE
Olavo Calheiro -AL	5. José Divino -RJ ⁽⁵³⁾
Pedro Novais -MA	6. Paulo Afonso -SC ⁽¹⁾
Zé Gerardo -CE(60) (52)	7. Silas Brasileiro -MG ⁽¹¹⁾
Tadeu Filippelli -DF ⁽⁶⁸⁾ ⁽³³⁾ ⁽²³⁾ (1)	8. Waldemir Moka -MS ⁽²⁴⁾
Marcelino Fraga -ES ⁽⁷⁴⁾ ⁽⁷⁰⁾ ⁽²⁸⁾	9. Wilson Santiago -PB ⁽⁶⁰⁾ ⁽⁵²⁾ ⁽³⁷⁾
PSDB	
Anivaldo Vale -PA	1. Alberto Goldman -SP
Antonio Carlos Mendes Thame - SP	2. Eduardo Paes -RJ ⁽⁵⁰⁾
Bismarck Maia -CE ⁽⁴³⁾	3. João Campos -GO (86)
Eduardo Gomes -TO ⁽⁴⁹⁾ ⁽¹⁹⁾	4. Affonso Camargo -PR ⁽⁸⁷⁾
Helenil do Ribeiro -AL	5. Serafim Venzon -SC ⁽⁸⁶⁾ ⁽³¹⁾ ⁽⁴⁵⁾
Narcio Rodrigues -MG	6. Ronaldo Dimas -TO ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾
Professora Raquel Teixeira -GO	7. Paulo Kobayashi -SP
Rafael Guerra -MG	8. Antonio Cambraia -CE ⁽³⁴⁾ (19)

⁽¹⁷⁾ Substituição do Dep. José Chaves pelo Dep. Pedro Chaves(T), em 29-5-2003-PMDB-CD.

⁽⁶⁵⁾ Indicação da Dep. Rose de Freitas(S), em 12-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵³⁾ Indicação do Dep. José Divino(S), em 23-10-2003-PMDB-CD.

⁽¹⁾ Indicações feitas em 22-4-2003-PMDB-CD.

⁽¹¹⁾ Indicação do Dep. Silas Brasileiro(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-CD.

⁽⁶⁸⁾ Substituição do Dep. Darcísio Perondi pelo Dep. Tadeu Filippelli(T), em 13-11-2003-PMDB-CD.

⁽³³⁾ Indicação do Dep. Darcísio Perondi como titular, em 14-8-2003-PMDB-CD.

⁽²³⁾ Desligamento do Dep. Moreira Franco (T), em 14-7-2003 – PMDB-CD.

⁽²⁴⁾ Indicação do Dep. Waldemir Moka (S), em 14-7-2003 – PMDB-CD.

⁽⁷⁴⁾ Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Marcelino Fraga(T), em 10-12-2003-PMDB-CD.

⁽⁷⁰⁾ Substituição do Dep. Marcelino Fraga pela Dep. Rose de Freitas(T), em 26-11-2003-PMDB-CD.

⁽²⁸⁾ Indicação do Dep. Marcelino Fraga (T), em 31-7-2003 – PMDB-CD

⁽⁶⁰⁾ Remanejamento do Dep. Zé Gerardo para titular e do Dep. Wilson Santiago para suplente, em 6-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵²⁾ Remanejamento do Dep. Wilson Santiago para titular e do Dep. Zé Gerardo para suplente, em 22-10-2003-PMDB-CD.

⁽³⁷⁾ Indicação do Dep. Wilson Santiago(S), em 3-9-2003-PMDB-CD.

⁽⁵⁰⁾ Indicação do Dep. Eduardo Paes, em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽⁴³⁾ Substituição do Dep. Arnon Bezerra (T) pelo Dep. Bismarck Maia (T), em 18-9-2003-PSDB-CD.

⁽⁴⁹⁾ Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Eduardo Gomes(T), em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽¹⁹⁾ Substituição do Dep Dr. Hélio pela Dep. Rose de Freitas(T), deixando a mesma de ser suplente, em 10-6-2003-PSDB-CD.

⁽⁸⁷⁾ Substituição do Dep. João Castelo pelo Dep. Affonso Camargo(S), em 19-12-2003-PSDB-CD.

⁽⁸⁶⁾ Substituição dos Deps. João Almeida e Manoel Salviano pelos Deps. João Campos e Serafim Venzon(S), em 19-12-2003-PSDB-CD.

⁽³¹⁾ Substituição do Dep. Jovair Arantes pelo Dep. Rommel Feijó (S), em 13-8-2003 – PSDB-CD.

⁽⁴⁵⁾ Substituição do Dep. Rommel Feijó pelo Dep. Manoel Salviano (S), em 24-9-2003 – PSDB-CD

⁽⁸⁾ Desligamento do Dep. Osmânia Pereira(S), feita em 7-5-2003 – PSDB-CD.

⁽⁹⁾ Indicação do Dep. Ronaldo Dimas(S), feita em 8-5-2003 – PSDB-CD.

⁽³⁴⁾ Indicação do Dep. Antonio Cambraia(S), em 20-8-2003 – PSDB-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PPB	
Francisco Dornelles -RJ ⁽⁵⁵⁾	1. Herculano Anghinetti -MG ⁽⁵⁴⁾ (5)
Márcio Reinaldo Moreira -MG	2. Dr. Benedito Dias -AP
Nelson Meurer -PR	3. Benedito de Lira -AL ⁽⁶²⁾
Ricardo Barros -PR	4. Mário Negromonte -BA
Roberto Balestra -GO	5. Dr. Hele no-RJ ⁽⁶¹⁾ (36) (5)
PTB	
Eduardo Seabra -AP	1. Alex Canziani -PR
Elaine Costa -RJ	2. Homero Barreto -TO
Jovair Arantes -GO ⁽⁴⁷⁾	3. Josué Bengtson -PA
José Carlos Elias -ES	4. Neuton Lima -SP
José Chaves -PE ⁽²²⁾ (3) (4)	5. Pedro Fernandes -MA
PL	
Humberto Michiles-AM	1. Almir Moura -RJ ⁽⁸²⁾ (81)
João Leão -BA	2. Heleno Silva -SE
Milton Monti -SP	3. Sandro Mabel -GO ⁽⁸³⁾ (80)
Wellington Roberto -PB	4. Welinton Fagundes -MT
PSB	
Dr. Evilásio -SP ⁽⁹⁰⁾ (76)	1. Gonzaga Patriota (16)
Alexandre Cardoso -RJ ⁽⁴⁰⁾	2. Beto Albuquerque-RS ⁽¹⁶⁾⁽⁴⁴⁾
Renato Casagrande -ES	3. Hamilton Casara -RO ⁽⁹¹⁾
PPS	
Cesar Silvestri -PR	1. Agnaldo Muiz -RO
Geraldo Resende -MS	2. Colbert Martins -BA ⁽⁶⁷⁾
PDT	
Dr. Hélio -SP	1. André Zacharow -PR
Mário Heringer -MG	2. Manato-ES

⁽⁵⁵⁾ Substituição do Dep. Herculano Anghinetti (T) pelo Dep. Francisco Dornelles, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁵⁴⁾ Substituição do Dep. Francisco Dornelles (S) pelo Dep. Herculano Anghinetti, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁶²⁾ Substituição do Dep. João Pizzolatti pelo Dep. Benedito de Lira(S), em 7-11-2003-PP-CD.

⁽⁶¹⁾ Substituição do Dep. João Tota pelo Dep. Dr. Heleno(S), em 6-11-2003-PP-CD.

⁽³⁶⁾ Substituição do Dep. Eduardo Cunha pelo Dep. João Tota(S), em 27-8-2003-PP-CD.

⁽⁵⁾ Substituições dos Deps. Cleonâncio Fonseca (S) e Narciso Mendes(S) pelos Deps. Francisco Dornelles e Eduardo Cunha, em 24-4-2003-PPB-CD.

⁽⁴⁷⁾ Substituição do Dep. Félix Mendonça pelo Dep. Jovair Arantes(T), em 2-10-2003-PTB-CD.

⁽²²⁾ Substituição do Dep. Benedito de Lira pelo Dep. José Chaves(T), em 11-7-2003 – PTB-CD.

⁽³⁾ Desligamento do Dep. Benedito de Lira feito em 23-4-2003 – PTB-CD.

⁽⁴⁾ Indicação feita em 24-4-2003-PTB-CD.

⁽⁸²⁾ Substituição do Dep. Almir Sá (S) pelo Dep. Almir Moura(S), em 15-12-2003-PL-CD.

⁽⁸¹⁾ Substituição do Dep. Almir Moura (S) pelo Dep. Almir Sá (S), em 15-12-2003-PL-CD.

⁽⁸³⁾ Substituição do Dep. Maurício Rabelo (S) pelo Dep. Sandro Mabel (S), em 15-12-2003-PL-CD.

⁽⁸⁰⁾ Substituição do Dep. Sandro Mabel (S) pelo Dep. Maurício Rabelo (S), em 15-12-2003-PL-CD.

⁽⁹⁰⁾ Substituição do Dep. Givaldo Carimbão pelo Dep. Dr. Evilásio(T), em 22-12-2003-PSB-CD.

⁽⁷⁶⁾ Substituição do Dep. Dr. Evilásio (T) pelo Dep. Givaldo Carimbão (T), em 11-12-2003-PSB-CD.

⁽⁴⁰⁾ Substituição do Dep. Gilberto Nascimento (T) pelo Dep. Alexandre Cardoso (T), em 5-9-2003 – PSB-CD.

⁽¹⁶⁾ Indicação dos Deps. Gonzaga Patriota e Jefferson A. Campos(S), em 26-5-2003-PSB-CD.

⁽⁴⁴⁾ Substituição do Dep. Jefferson Campos (T) pelo Dep. Beto Albuquerque (T), em 18-9-2003-PSB-CD.

⁽⁹¹⁾ Indicação do Dep. Hamilton Casara (S), em 23-12-2003 – PSB – CD.

⁽⁶⁷⁾ Substituição do Dep. Athos Avelino pelo Dep. Colbert Martins(S), em 13-11-2003-PPS-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PC do B	
Sérgio Miranda -MG	1. Leonardo Vilela -PPB-GO ⁽¹⁸⁾
Pastor Francisco Olímpio -PE ⁽³⁸⁾⁽⁴²⁾	2. Amon Bezerra -CE(PTB) ^{(85) (41)}
PRONA	
Amauri Robledo Gasques -SP ⁽²⁶⁾	1. Elimar Máximo Damasceno - SP ⁽⁶⁶⁾
PV	
Leona rdo Mattos -MG	1. Edson Duarte -BA
PMN (*)	
Jackson Barreto -SE	1. Lúcia Braga -PB

Secretaria: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

⁽¹⁸⁾ Indicação do Dep. Leonardo Vilela(S), em 5-6-2003-Pedob-CD.

⁽³⁸⁾ O Dep. Edson Ezequiel foi desligado da Comissão em 3-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴²⁾ Indicação do Dep. Pastor Francisco Olímpio(T), feita em 11-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁸⁵⁾ Substituição da Dep. Vanessa Grazziotin pelo Dep. Arnon Bezerra(S), em 18-12-2003-PC do B-CD.

⁽⁴¹⁾ Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin(S), em 5-9-2003-PC do B-CD.

⁽²⁶⁾ Substituição do Dep. Elimar Máximo Damasceno pelo Dep. Amauri Robledo Gasques(T), em 16-07-2003-PRONA-CD

⁽⁶⁶⁾ Substituição do Dep. Ildeu Araújo (S) pelo Dep. Elimar Máximo Damasceno(S), 12-11-2003 – PRONA – CD.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhylino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1^ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1^ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop @senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop @senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira
COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾

IDE利 SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)

PFL ⁽³⁾

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)

PSDB ⁽⁴⁾

EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
---------------------------	---------------------------

PDT

JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
---	---------------------

PPS ⁽⁴⁾

MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾
-------------------------------	---

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
---------------------	--------------------------

PFL

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
-------------------------	-------------------------

PMDB

OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
---------------------------	-----------------------------

PSDB

EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
---------------------------------------	-----------------------------

PPB

LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
----------------------------	-----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
--	--

PSB

INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
--------------------------	--

PPS ⁽⁴⁾

JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
-----------------------------	----------------------------

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996 -CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação do nº 2, de 2000 -CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003. Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senadora IDELI SALVATTI ^{4 5} (PT - SC) 2
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ CARLOS AELUIA (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (Vago)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

Atualizado em 03.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1^a Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10^a reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

⁵ Indicada conforme comunicação lida na Sessão do SF de 03.03.2004, em substituição ao Senador Tião Viana.

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS